



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 398 - DE 12 A 26 DE SETEMBRO DE 2010 - R\$ 3,00



Greve geral na França contra a reforma da previdência



72 anos de fundação da IV Internacional: Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista

VOTO NULO PROGRAMÁTICO

- Em defesa do programa da revolução e ditadura proletárias;
- Expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, coletiva;
- Constituir a aliança operária e camponesa, sob a bandeira de um governo operário e camponês;
- Formar uma frente única anti-imperialista e anticapitalista;
- Fim do desemprego - Implantar a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais utilizadas entre todos aptos ao trabalho;
- Fim da miséria - Por um salário mínimo de R\$ 3.500,00, corrigido pela escala móvel de reajuste de acordo com a inflação;
- Fim dos latifúndios - Expropriar sem indenização a propriedade latifundiária, nacionalizar as terras e entregá-las aos que nela trabalham;
- Construir o Partido Operário Revolucionário internacionalista
- A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!

Após 127 dias, termina a heróica greve dos Judiciários-SP

Manifesto do Partido Operário Revolucionário para as eleições

Em defesa da independência política da classe operária e demais explorados

O Partido Operário Revolucionário (POR) em construção vem perante os trabalhadores e a juventude defender que votem nulo, que não participem do circo eleitoral montado com rios de dinheiro e vasta propaganda enganosa e que não contribuam para constituir mais um governo burguês. Em 3 de outubro, pelas urnas, apenas se trocará um governo por outro para administrar os interesses da classe capitalista por meio do Estado.

A classe operária e os demais oprimidos não devem alimentar a esperança de que terão mais emprego, estabilidade no trabalho, redução da jornada, maiores salários, terra aos camponeses pobres, moradia, escola e saúde para todos. Não devem esperar que os ricos fiquem menos ricos e os pobres menos pobres. Não devem aguardar que parte da juventude não mais seja arrastada para a criminalidade e que a polícia deixe de matá-los nas favelas, nos bairros pobres e nas chamadas periferia. Não devem se iludir que os negros deixarão de ser discriminados e que o racismo ficará para trás como odiosa mancha do passado.

Nas eleições tudo se promete, depois nada se cumpre.

Muda-se o governo, mas não se muda a classe governante. Os empresários continuarão a contratar e a demitir quando necessitam. Os latifundiários continuarão a avançar em seus domínios. Muda-se o governo, mas a exploração, a pobreza e a miséria da maioria não se mudam.

A burguesia precisa das eleições. Precisa de um presidente da República, de governadores, prefeitos e deputados. Precisa de quatro em quatro anos fazer nova convocação para que os explorados apertem o botão eletrônico e confirmem os novos mandantes. Assim, resolvem-se as disputas internas à classe burguesa em torno das diretrizes econômicas, da distribuição de riqueza, da lucratividade e dos interesses particulares dos industriais, banqueiros, latifundiários e comerciantes.

A classe operária não precisa de eleições. Não precisa eleger representantes dos exploradores. Não precisa de político algum que se fantasie de amigo do povo. Não precisa de partidos burgueses que se mascaram de defensores dos miseráveis. A classe operária não precisa carregar em suas costas oportunistas, carreiristas e parasitas.

O que a classe operária necessita é se organizar coletivamente em torno de um programa revolucionário. Necessita de um partido que leve os explorados do campo e da cidade a lutarem pelas reivindicações. Um partido que organize as forças dos explorados para tomar o poder pela revolução proletária, socialista. A classe operária necessita se unir empunhando as bandeiras de emprego, salário, terra e vida digna por meio de organizações próprias de massa e das greves, ocupações e outras formas de ação direta.

Companheiro operário, companheiro camponês, tudo que é vantajoso para a burguesia, acredite, é desvantajoso para os trabalhadores. As eleições são vantajosas para a classe burgue-

sa, principalmente quando não se tem um partido revolucionário para desmascarar sua política de arregimentação dos explorados. Não é por outro motivo que a legislação eleitoral protege os grandes partidos burgueses. Proíbe a presença do partido revolucionário. Vocês estão vendo os candidatos da esquerda que se dizem socialistas, comunistas, dissolvidos no grande circo eleitoral. Ninguém entende o que querem. A confusão é vantajosa para a burguesia.

As eleições são um dos métodos de dominação política da burguesia. Com o voto, tem-se a ilusão de que todos são iguais – exploradores e explorados são igualados, ricos e pobres são irmanados no “dever cívico” de votar. No dia seguinte, os operários vão trabalhar por um salário miserável e os burgueses vão gerenciar suas propriedades. Os politiquinhos eleitos pelo voto que igualou a todos vão cuidar dos interesses dos exploradores. Mas a burguesia tem outros métodos auxiliares de dominação. Um deles é a polícia, o exército e a justiça que protegem a propriedade dos capitalistas.

Os métodos da ação direta são próprios da classe operária e dos demais oprimidos. A greve é o mais importante. Une as forças dispersas da classe operária. Os capitalistas, seu governo e seus partidos têm horror às greves. Com a greve se distinguem completamente a classe operária e a classe burguesa. Os explorados com suas reivindicações e com sua força coletiva de maioria e os exploradores com sua defesa de seus capitais e com a força da polícia. Há também outras formas de ação direta: as ocupações, bloqueios, manifestações.

O método burguês eleitoral se opõe ao método proletário da ação direta. Mas o partido revolucionário da classe operária pode usar as eleições sem se submeter ao método eleitoral. Não só é possível, como necessário para combater as ilusões democráticas dos explorados e se contrapor às mentiras dos partidos burgueses. A condição para isso se encontra na existência de um partido que tenha um programa conquistado na luta da classe operária pela sua emancipação social e política do jugo imposto pela classe capitalista. Nosso partido, o POR, ainda percorre o caminho da construção, embora já tenha vinte anos de existência.

O fato é que não há como a maioria oprimida constituir um governo seu por meio das eleições. Seja Dilma, seja Serra, ou qualquer outro, o escolhido pelo voto cumprirá um mandato a serviço da classe capitalista. Enquanto o poder econômico (indústria, terra, bancos) estiver com a classe capitalista, o governo eleito terá de comer em suas mãos. Somente uma revolução proletária derrubará a classe capitalista do poder. O Estado passará para o comando de um governo operário e camponês. A indústria, a terra e os bancos se transformarão em propriedade social e ficarão sob o controle operário e camponês.

A maioria dos trabalhadores, dos pobres e oprimidos está convencida a votar em Dilma ou Serra. A disputa se concentra em torno da coligação PT/PMDB e PSDB/DEM. Destaca-se a presença do presidente Lula que vem convencendo os explorados a eleger Dilma. Serra, apesar de contar com apoio de gran-

des capitalistas, e, portanto, dos meios de comunicação, não tem conseguido quebrar a influência eleitoral de Lula sobre grande parte da população. Os demais candidatos já não têm como disputar. As massas já decidiram entre Dilma e Serra.

O POR sabe que é preciso atuar nas eleições quando as massas estão sendo arrastadas pelos capitalistas, quando não estão empunhando seus métodos próprios de luta e assumindo a resolução de seus problemas pelas suas próprias mãos. Mas a intervenção nas eleições, com candidaturas revolucionárias, só é possível como uma imposição dos oprimidos aos opressores, seus governos e instituições, como expressão da independência de classe dos oprimidos frente aos opressores. Jamais submetendo o programa e ação revolucionárias às imposições da Justiça eleitoral burguesa, como fazem as correntes de esquerda eleitorais, somente para terem registradas suas candidaturas.

O POR cumpre seu dever revolucionário de alertar os explorados para o fato de que, seja Dilma seja Serra, o governo será burguês. O argumento de que é melhor um governo burguês de Dilma do que de Serra é uma armadilha. O correto é a classe operária lutar pela sua independência política frente a todos os partidos da burguesia e potencializar seus métodos de ação direta em defesa de um programa anti-imperialista e

anticapitalista. É com esse objetivo que o POR chama os explorados a votar nulo.

- Pelo voto nulo programático!
- Em defesa do programa da revolução e ditadura proletárias;
- Expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, coletiva;
- Constituir a aliança operária e camponesa, sob a bandeira de um governo operário e camponês;
- Formar uma frente única anti-imperialista e anticapitalista;
- Fim do desemprego - Implantar a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais utilizadas entre todos aptos ao trabalho;
- Fim da miséria – Por um salário mínimo de R\$ 3.500,00, corrigido pela escala móvel de reajuste de acordo com a inflação;
- Fim dos latifúndios – Expropriar sem indenização a propriedade latifundiária, nacionalizar as terras e entregá-las aos que nela trabalham;
- Construir o Partido Operário Revolucionário internacionalista
- A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!

Escândalo das eleições – o sigilo fiscal protege a burguesia

Diante da possibilidade de derrota no 1º turno, José Serra decidiu apelar para o escândalo da quebra do sigilo de sua filha Verônica e dos chefes do PSDB (Eduardo Jorge e Luiz Carlos Mendonça de Barros). Tudo indica que é o último recurso para se evitar o naufrágio.

A imprensa serrista, particularmente o todo poderoso O Estado de São Paulo, lançou-se a uma campanha, não só noticiando mas também policiando, investigando e instigando o golpismo. O PSDB chegou a entrar na justiça com um recurso de cassação da candidatura de Dilma Rousseff. O que foi negado “por falta de provas” da ligação da candidata com o tal vazamento de informações da receita federal.

Os peessedebistas e seus acólitos criaram um clima de estupefação em torno da violação do sigilo fiscal como se fosse um crime contra a população em geral. Diz Serra: “Esses crimes no fundo não são contra mim ou minha campanha, não. São contra o Brasil, contra a Constituição e os eleitores.”

Falso. As massas pobres e famintas não sabem e não têm por que saber o que é sigilo fiscal. Esse é um assunto da burguesia e dos seus políticos que precisam ocultar as riquezas, os ganhos ilícitos, os roubos e falcatruas. Qual é o problema de se tornarem públicas as contas da filha de Serra e dos caciques do PSDB? O que têm a esconder? Ora, que toda a contabilidade fiscal seja pública, principalmente dos políticos que exercem cargos no Estado. Mais do que isso, que todo segredo comercial das empresas seja eliminado e que as contas reais sejam do conhecimento das massas que vivem de salário.

Diz Serra que o vazamento de informações da Receita Federal é um crime contra o eleitor. Mentira! É direito dos eleitores conhecerem as contas da sua filha, como dos familiares de

Dilma, de Lula (seu filho, por exemplo, é suspeito de enriquecimento ilícito). Que se abram as contas de todos que possam se envolver com o dinheiro público!

Serra não está perdendo para Dilma porque o sigilo fiscal de alguém do PSDB foi quebrado. Nenhum dossiê de acusação contra Serra foi apresentado à população. Serra afunda porque Lula continua como caudilho eleitoral das massas. Contra esse fenômeno, a coligação PSDB/DEM não pode fazer nada. Trata-se de um fenômeno da política burguesa e não da política proletária.

Lula dirigiu o Estado a serviço da classe capitalista numa situação econômica favorável. Assim, pôde manter em tranqüilidade o regime de exploração do trabalho e enganar a maioria oprimida com migalhas. O caudilho disse que a candidata a sua sucessão era Dilma. O PT engoliu. O PMDB acatou. No começo, ninguém sabia quem era Dilma, então Serra aparecia vitorioso nas pesquisas eleitorais. No momento em que Lula pôde fazer abertamente campanha, Dilma amesquinhou o candidato do PSDB.

A imprensa serrista, a quase totalidade, procurou promover Marina Silva para tirar votos de Dilma. Fracassou. Marina ficou no picadeiro como uma palhaça predicando a solução verde. Plínio de Arruda ganhou um espaçozinho para confirmar que o processo eleitoral é muito democrático. O candidato do PSOL usou a sua aparição nos debates para pregar uma reforma agrária limitada. As candidaturas de esquerda foram diluídas. Fizeram, cada uma a seu modo, proselitismo em torno de algumas bandeiras importantes para a luta operária, como confisco dos latifúndios, nacionalização das terras, estatização da Petrobras, redução da jornada de trabalho, salário mínimo

etc. A fragmentação é tão grande que pouco se entende o que os candidatos do PSTU, PCO e PCB querem. Como se vão confiscar os latifúndios? Elegendo Rui Costa Pimenta para presidente? Soa para os ouvidos das massas exotismo eleitoral.

Esse em síntese é o quadro da disputa eleitoral. De forma que o resultado é plebiscitário, com Lula ou contra Lula. O desenrolar dos acontecimentos político-eleitorais não tem nada a ver com a filha de Serra ou com os larápios que comandam o PSDB. Criou-se um escândalo artificial em torno do sigilo fiscal e do direito dos ricos se refugiarem por detrás dele. O que o PSDB está fazendo é golpismo.

É natural que nas eleições venham à tona imundices. A política burguesa está imersa em transações econômicas, em interesses particulares e de grupos. Não há limites para o tráfico de influências. Os grandes partidos têm acesso a tudo no Estado. Quando precisam usar as informações uns contra os outros, não existe sigilo algum, pouco vale se está na Constituição. A conspiração de bastidores e as manobras sujas são inerentes à política burguesa.

Serra lembrou que Lula perdeu uma eleição para Collor de Melo devido à denúncia de que tinha uma filha fora do casamento. E que nesse momento estava permitindo que Dilma fizesse o mesmo. Na época, o que fez o PSDB contra a vil manobra de Collor? Nada. Agora, diferentemente das eleições de 1989,

Serra está perdendo e usa a quebra do sigilo para ver se ganha.

O fundamental é que esses recursos objetivam manter as massas subordinadas à democracia burguesa. Lá do alto do Estado e das entranhas do poder econômico, os partidos da burguesia – o PT é um deles – recorrem aos explorados, usando seus espetáculos de vileza, conspiração e de maquinação, para que decidam qual dos candidatos será o melhor algoz.

A decadência dos partidos da burguesia e da democracia expressa o esgotamento do capitalismo. O domínio do país por um punhado de monopólios, de latifundiários e usurários mostra o alto grau de parasitismo social da classe burguesa. Trata-se de parasitismo estrutural do qual nenhum partido da ordem capitalista pode fugir. Sem dúvida, a base econômica, as relações de classe e a supra-estrutura político-ideológica já não permitem o desenvolvimento social. As condições objetivas estão maduras para as transformações históricas. A cada período de postergação, mais o capitalismo afunda em suas contradições e espalha a barbárie.

O programa da revolução proletária assenta suas raízes nessas contradições. A luta pela construção do partido revolucionário é de vida ou morte. Um milímetro que se avance na defesa da independência política da classe operária frente ao Estado burguês é fundamental para resolver a pior de todas as crises, que é a crise de direção.

A disputa interburguesa no Rio Grande do Sul

Ao analisarmos o histórico eleitoral no Rio Grande do Sul (RS) pós-45, observamos uma alternância no poder político do estado entre PTB e os partidos anti-PTB. Até as eleições de 1962, o trabalhismo (PTB) consegue chegar ao governo do estado nos anos de 1950 e 1958. Sendo que nos anos de 1947, 1954 e 1962, o governo do estado é ocupado por membros dos partidos anti-trabalhistas. São os representantes do setor mais reacionário da política burguesa gaúcha, que entraram em declínio político frente ao trabalhismo.

Com o golpe de 1964, os militares conseguiram barrar o avanço do trabalhismo dentro da política burguesa do estado e desmontar a sua estrutura político-eleitoral. Diante disso, o setor anti-trabalhista, que estava em declínio, consegue reunir em torno a si novos elementos, que irão se expressar na disputa eleitoral no estado através da ARENA. Os trabalhistas se reunirão no MDB, mas não terão o mesmo domínio que tinham antes do golpe militar. Neste momento, a sua influência se reduz drasticamente fazendo com que o setor mais direitista da política burguesa gaúcha tivesse um novo alento.

Nas eleições do período de 1966 a 1986, ainda se mantém a disputa entre o trabalhismo, nesse período representado pelo MDB e o anti-trabalhismo com a ARENA. A alternância no poder político do estado foi mantida, excetuando a vitória do MDB em 1974 e 1978. No ano de 1979, os militares promoveram uma reforma na lei eleitoral. Isso fez com que a frente de políticos burgueses reunidos em torno ao MDB fosse fracionada. Desse modo, os militares novamente conseguiram desmontar uma estrutura político-eleitoral contrária aos seus interesses que se apresentava em ascensão. Mas essa estrutura ainda não tinha as mesmas dimensões do trabalhismo antes do golpe de 1964.

Com a reforma na lei eleitoral de 1979, surge o PDT, que

busca resgatar, os elementos do trabalhismo que tinham se dissipado dentro do MDB. Temos também o surgimento/legalização dos partidos da esquerda tradicional (PCB, PCdoB, PSB e PT). Além dos partidos que se originaram dentro do MDB/PMDB, como o PP (Partido Popular) que, devido às proibições de coligações partidárias, foi auto-extinto e uma parcela retornou à antiga sigla, liderada pelo Tancredo Neves. Outro partido que tem a sua origem no PMDB é o PSDB em 1988.

A reforma na lei eleitoral de 1979 enfraqueceu o PMDB em 1982, mas o Plano Cruzado foi seu grande aliado na eleição de 1986. O recuo brutal deste, com o fracasso da candidatura de Ulysses às eleições presidenciais, fez com que o espaço do PMDB fosse agressivamente ocupado pelo PDT. Neste novo cenário da política burguesa, o PDT, liderado por Leonel Brizola, ganhou espaço no RS, mas não conseguiu fazer com que o trabalhismo tivesse um ressurgimento. O PCB, PCdoB e PSB permanecem com uma importância marginal. O PT conseguiu crescer alavancado pelo domínio que teve da prefeitura de Porto Alegre (1992-2003).

A partir da década de 90, houve um fortalecimento do PT e um crescimento do PSDB dentro da política burguesa do estado. Isto resultou na chegada do PT ao governo do estado (1998 – Olívio Dutra) e do PSDB em 2006 com a atual governadora Yeda Crusius. Neste período, o PMDB manteve parte da sua influência, haja vista que conseguiu eleger dois governadores (1994 – Antonio Britto; 2002 – Germano Rigotto). O PDT que começou os anos 90 no governo do estado (1990 – Alceu Collares) teve sua importância reduzida ao passar do tempo.

ELEIÇÕES 2010

A disputa eleitoral, no Rio Grande do Sul em 2010, ocor-

re entre o PT (Tarso Genro), o PMDB (José Fogaça) e o PSDB (Yeda Crusius). Com o seu declínio, o PDT procura ser o fiel da balança no jogo eleitoral burguês. Neste pleito, o PDT está coligado com o PMDB, mas não de forma unitária. A maioria dos prefeitos do PDT no estado está apoiando o PT, temendo uma possível represália do caudilho Lula e mesmo da sua candidata, pois, conforme apontam os institutos de pesquisa, pode ganhar já no primeiro do turno das eleições presidenciais.

As pesquisas eleitorais apontam também para um segundo turno no estado, no qual o candidato do PT já estaria garantido. A disputa pela segunda vaga no próximo turno da eleição estadual se dá entre o PMDB e o PSDB. Sendo que o PMDB está vendo entrar água em seu barco (queda nas pesquisas) devido à “neutralidade” deste diante da disputa presidencial. Essa “neutralidade” foi provocada principalmente pelo ex-governador e atual senador do partido pelo estado, Pedro Simon, que, envolto num emaranhado de falácias tentou lançar o governador do Paraná (Roberto Requião) candidato a presidente pelo PMDB. Com o desmonte desta manobra de Pedro Simon, o PMDB/RS optou por uma “neutralidade” diante da disputa presidencial para não aviltar o seu cacique.

O PSDB/RS que está atualmente à frente do governo do estado (Yeda Crusius), tenta a todo custo angariar votos para chegar ao segundo turno das eleições estaduais. Mas tem tido uma jornada complicada, pois o governo de Yeda Crusius foi marcado por escândalos de corrupção (como se isto fosse apenas alguma aberração no capitalismo), enfrentamentos com os movimentos

sociais (assassinatos de membros do MST) e com ataques ao movimento sindical, principalmente aos professores da rede estadual de ensino. O principal ponto alentado pela governadora aos quatro ventos como uma dádiva do seu governo é o ajuste fiscal. Este ajuste feito por Yeda Crusius, no entanto, desagradou setores da burguesia gaúcha, principalmente o ligado à indústria, uma vez que o governo do PSDB no estado retirou algumas migalhas dos seus cofres na forma de tributos.

O PT que teve projeção utilizando-se do forte passado do nacional-trabalhismo declinou diante da impossibilidade de projetar o Rio Grande do Sul no seio da federação. O governo de Olívio Dutra, eleito em 1998, logo revelou sua impotência, permitindo a volta do PMDB ao poder em 2002, com Germano Rigoto. Também foi um desastre econômico e social. O que potencializou pela primeira vez o PSDB. Em pouco tempo, o governo peessedebista deixou transparecer a bandidagem. Está aí por que o PT o tem a chance de disputar o segundo turno, retomando as ilusões de um governo democrático e popular, com promessa de restabelecer o orçamento participativo. A alternância partidária no poder demonstra a instabilidade política no estado gaúcho.

A tarefa se concentra no trabalho de construir o partido operário revolucionário. A esquerda centrista, como o PSTU. Evidenciou a incapacidade de defender o programa da revolução. A vanguarda proletária e a militância de esquerda não corrompida deve dirigir suas energias para a construção do Partido Operário Revolucionário no estado.

M

Massas



Boletim
Regional
do Partido
Operário
Revolucio-
nário/POR

AGOSTO/2010

MANIFESTO DO POR AOS TRABALHADORES E À JUVENTUDE

Nada de Cid, Lúcio ou Marcos Cals! Nestas eleições, Vote Nulo em defesa da independência de classe dos explorados e da construção do Partido Operário Revolucionário!

As eleições estaduais deste ano contam com sete candidaturas à sucessão de Cid: Lúcio Alcântara pelo PR, Marcos Cals pelo PSDB-DEM e o próprio Cid Gomes, candidato à reeleição por uma ampla coligação que vai do PSB ao PT, passando por PMDB e PC do B. Estas são as principais candidaturas da burguesia que disputam entre si o comando da máquina estatal no Ceará (*A candidatura de Marcelo Silva pelo PV, a mais inexpressiva das candidaturas burguesas, foi posta com fins de garantir o palanque de Marina no estado*). Há também três candidaturas

que se reivindicam da esquerda: Gonzaga, pelo PSTU; Soraya Tupinambá, pelo PSOL e Maria da Natividade, pelo PCB. Tais partidos estiveram unidos em torno da candidatura de Renato Roseno (PSOL) em 2006, na chamada Frente de Esquerda, que esfacelou-se nestas eleições.

A situação política estadual e nacional em que ocorrem estas eleições é de lenta retomada das lutas operárias e estudantis. Os sindicatos e Centrais, a exemplo da CUT e CTB, dirigidas pelo PT (reformismo) e pelo PC do B (estalinismo)

dão seu incondicional apoio aos governos Lula e Cid. São controladas por uma burocracia sindical traidora dos interesses históricos do proletariado e submissa à burguesia nacional e às transnacionais. No movimento camponês, o MST, que apoiou Lula, votou o apoio à Dilma e segue reivindicando uma reforma agrária dentro da lei.

Tanto **Cid** quanto **Lula/Dilma** fazem uma enorme propaganda tendo por base os índices de crescimento econômico. **Cid** faz todo tipo de demagogia sobre o Metrofor, a Refinaria, as Escolas profissionalizantes, a Siderúrgica do Pecém etc. A segurança pública, outrora vitrine do governo, tornou-se seu ponto espinhoso, assim como os escândalos sobre licitações e corrupção. Todo o palavreado sobre o salto de qualidade na segurança, com o **Ronda do Quarteirão**, foi transformando-se no seu contrário ante a violenta «abordagem» aos explorados (com casos de assassinato, a exemplo do garoto Bruce) e aumento dos homicídios em Fortaleza. A realidade tratou de reafirmar o que há muito dizíamos: 1º) que a Polícia serve ao governo para reprimir os miseráveis. 2º) que a decomposição social, promovida pelo capitalismo em crise, está na raiz dos crescentes índices de violência e criminalidade (cada dia mais incontroláveis) e que só a expropriação da grande propriedade privada burguesa pode lhes por fim. Mas os governistas, sejam eles de quais matizes forem, sejam petistas, estalinistas ou oligarcas como Sarney, Collor, Renan Calheiros, Temer etc. não se cansam de alardear que o Brasil encontrou o rumo do desenvolvimento e que pode mesmo alcançar o patamar de potência. *Lula falou até na provável chegada do Brasil ao primeiro mundo. Falatório similar também visto no Ceará, onde os governistas de plantão prometem transformar o Ceará na maior economia do Nordeste.* Não é a primeira vez, porém, que a burguesia e seus lacaios, os burocratas sindicais, por não compreenderem as leis de desenvolvimento e decadência do regime do

capital, se veem eufóricos com o crescimento econômico. Nos marcos do capitalismo, não há lugar para o completo e harmônico desenvolvimento das semi-colônias, cujas forças produtivas (indústrias, tecnologia etc.) estão sob controle do mercado mundial e dos monopólios internacionais. E, para desgosto dos lulistas, não demorará muito a volta do impasse econômico. *O capitalismo em sua fase imperialista, de domínio do capital financeiro, não pode escapar de seu ciclo interminável de crises.* Depois dos EUA (que ainda hoje sofrem as consequências do colapso do mercado imobiliário), chegou a vez da Europa, que passa por falências orçamentárias de vários estados. Estará longe o dia em que a crise atingirá a grande locomotiva chinesa? Muitos dos próprios especialistas burgueses têm alertado para uma possível «bolha» cujo estouro terá repercussões terríficas. O proletariado brasileiro, bem como a juventude e demais oprimidos, precisam se preparar para a crise.

O proletariado e demais trabalhadores só podem conquistar sua emancipação com a destruição do sistema econômico capitalista. A vitória sobre a burguesia, porém, não pode ser alcançada por meio das eleições, onde o poder econômico se impõe e vencem os candidatos com mais dinheiro, justamente aqueles apoiados pelo grande capital. A justiça eleitoral (TSE) e a imprensa burguesa têm, insistentemente, chamado os explorados de todo o país a comparecerem às urnas com a promessa de que, por esse meio, podem mudar suas vidas. Assim pretendem fazer

os explorados recuarem no uso de seus métodos próprios de luta (greves, manifestações etc.) os únicos capazes de lhes assegurar emprego, terra, salário e moradia. O POR convoca os oprimidos a fazerem exatamente o oposto: a retomarem seus métodos na ação direta de massas, a não confiarem nas candidaturas burguesas e a lutarem pela revolução proletária e o socialismo.

O POR não nega a importância de se intervir nas eleições, especialmente hoje quando são enormes as ilusões despertadas com o voto. Não o faz, porém, pela impossibilidade de impor sua legalização à reacionária justiça eleitoral, que abre todas as brechas (veja-se a completa farsa da lei da ficha limpa) para os laráprios, corruptos, narcotraficantes desde que estejam de acordo com a defesa do regime de exploração do trabalho. Nestas eleições, **Cid Gomes**, **Lúcio Alcântara** e **Marcos Cals** precisam ser rechaçados pelos explorados. Nenhum deles pode solucionar a crise histórica em que vivemos. Entre crias e «ex-aliados», são todos herdeiros de Tasso. Defensores do mesmo projeto político; sempre estiveram no poder nestes últimos 24 anos e não fizeram mais do que dar continuidade à exploração dos trabalhadores pelos ricos banqueiros, empresários de ônibus etc.

O POR fez um chamado às organizações de esquerda, que se reivindicam do marxismo e da revolução proletária, para a discussão sobre a intervenção comum nas eleições, mas não obteve resposta. A explicação para esse fato está no atoleiro eleitoral, cada vez maior em que estão metidas as correntes ditas de esquerda. O fracasso da **Frente de Esquerda** (PSOL-PSTU-PCB) é expressão do eleitoralismo das correntes. Em 2006, PSTU, PSOL e PCB, aprovaram um rebaixado programa político em torno da candidata a presidente **Heloisa Helena**. Esta, com o aval do **PSOL**, ignorou o programa da Frente e falou o que quis durante a campanha no rádio e TV. O **PSTU** e o **PCB** preferiram fechar os olhos e contabilizar os votos que lhe poderiam render a aliança. Em 2010, o **PSTU** lutou com todas as forças para reeditar a mesma frente eleitoreira e lançar **Heloisa Helena** à presidência. A desistência da caudilha (**Heloisa**), a busca do **PSOL** por uma aliança com o **PV**, que preferiu ficar com o **PSDB**, e a indicação de um nome (**Plínio**) sem expressão eleitoral, fizeram recuar o **PSTU**, que alegou divergências programáticas e lançou candidatura própria (**Zé Maria**). Como buscava unicamente os votos de **Heloisa Helena**, não se importou em descartar seu aliado de véspera, o **PCB**, que também lançou candidato próprio. Assim, as três candidaturas, oriundas da falida frente de esquerda, nada têm a ver com o marxismo e com a intervenção revolucionária na tribuna eleitoral. Não denunciam com vigor o circo eleitoral, não defendem com força os métodos da classe operária e não propagandeiam a estratégia da revolução proletária porque no fundo alimentam as ilusões em um governo dos trabalhadores saído das urnas. Por tudo isso, o POR convida os operários, camponeses, a juventude pobre e demais explorados a votarem nulo nestas eleições em defesa da independência de classe frente aos partidos burgueses, em defesa do programa revolucionário e da construção do Partido Operário Revolucionário.

Regional do POR Fortaleza
28/08/28

Teses sobre a tática eleitoral

1 – O estado burguês é o órgão de dominação da classe burguesa. O estado capitalista é o instrumento através do qual a burguesia mantém sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida (proletariado, campesinato e pequena burguesia). Seu núcleo fundamental continua a ser aquilo que Marx assinalou em seu 18 Brumário de Luis Bonaparte: o Exército permanente e uma Burocracia inamovível. O aparelho de estado capitalista (em mãos da burguesia) alcançou um alto grau de complexidade e uma fantástica divisão de trabalho com centenas de repartições, ministérios, secretarias, departamentos, subsecretarias e milhares de funcionários distribuídos pelas várias esferas desta imensa máquina administrativa. Os fios que manejam este gigantesco aparato conduzem todos ao executivo e ao parlamento e por cima destes ao poder econômico. O estado democrático, uma dentre as inúmeras formas que adquire a fisionomia do estado burguês, sem que se altere com isso sua essência de classe, possibilitou o aparecimento do sufrágio universal. Tal forma assumida pelo estado burguês foi sendo, ao longo de décadas e séculos, aperfeiçoada para melhor servir à dominação das frações capitalistas, que com este mecanismo eleitoral permitem-se, como bem lembra Lênin em seu O Estado e a Revolução, alternarem-se no poder sem qualquer abalo, isto é, sem que uma fração seja deslocada do poder político violentamente por outra, através de conflitos sangrentos ou golpes palacianos. As frações burguesas, organizadas em seus mais variados partidos, disciplinam-se e m torno deste método de alternância, só recorrendo em último caso a choques armados, em especial em épocas de crise e ascenso revolucionário das massas. O regime democrático do Estado, por isso, é o que melhor permite enganar os trabalhadores, pois, obscurecendo seu caráter de órgão de dominação da burguesia cria a ilusão de pairar sobre as classes sociais em conflito.

2 – O sufrágio, em princípio restrito e censitário, mais tarde universal e de massa, é parte constituinte do estado burguês, regulamentado por toda uma legislação e resguardado por órgãos destacados especialmente para este objetivo. A finalidade destas eleições periódicas é a de garantir a alternância pacífica das frações burguesas no comando da máquina estatal. Por meio do sufrágio, os partidos burgueses, conforme a conjuntura, medem sua força e estabelecem o equilíbrio de poder sobre o imenso aparato estatal. Por meio do sufrágio, decidem qual fração ou coligação de frações comandará a máquina governamental por um determinado período, qual correlação de forças se estabelecerá entre ditas frações, sua distribuição no comando de cargos e postos na máquina administrativa. Às eleições, isto é, ao sufrágio universal, que corresponde à disputa sobre os dois primeiros poderes do estado moderno (o parlamento e o governo) junta-se ainda a disputa ao redor deste terceiro poder judiciário sobre o qual não apenas as frações burguesas partilham entre si sua influência, como constantemente o invocam umas contra as outras em suas querelas intestinas. Com a intermediação desta burocracia de magistrados, umbilicalmente ligada à burguesia, e que é carne de sua carne, completa-se o quadro da democracia burguesa. A mediação de conflitos pela casta judicial e as eleições, portanto, correspondem à democracia burguesa e são os ‘métodos de luta’ e de disputa das frações

burguesas. No Estado democrático burguês, vigente apenas em épocas de domínio ‘pacífico’ sobre os explorados e onde o desenvolvimento capitalista permite à burguesia dar-se o luxo de ter este tipo estatal, tais ‘métodos de luta’ entre os bandos burgueses são simultaneamente, em relação às demais classes, métodos de dominação política da burguesia. As demais classes afastadas do poder e esmagadas pela exploração do capital, em especial o proletariado, desenvolvem o único método de luta correspondente aos que nada possuem: a recusa ao trabalho e as manifestações de massa. A burguesia combate todos os demais métodos de luta empregados pelas outras classes e exige a sua subordinação ao estado e a seus métodos jurídico-eleitorais.

3 – Nas eleições intervém necessariamente o poder econômico. O regime democrático burguês, mais do que qualquer outro regime estatal burguês, permite que se manifeste diretamente o poder dos grandes monopólios capitalistas. Os incontáveis recursos despejados na disputa eleitoral, o sufocamento econômico de postulantes adversários das candidaturas de manutenção do domínio da grande burguesia, a demagogia aliada à corrupção aberta ou velada permitem fazer com que o quadro eleitoral não tenha condições de expressar, senão de maneira muito deformada, a luta de classes. As disputas entre as frações burguesas se convertem em duelos envolvendo uma gigantesca gastança de dinheiro para a eleição de seus candidatos. Os fabulosos gastos permitem à burguesia tornar a disputa da máquina estatal praticamente inacessível para as demais classes exploradas, submetidas a ela. Toda e qualquer vitória eleitoral sobre parte importante do aparelho de estado, por isso, haverá de pressupor o apoio financeiro e econômico do grande capital, o que significa a subordinação das mais diversas candidaturas, sejam de que tipo for, carreiristas ou não, ao poder da burguesia nacional e internacional, que ditará o conteúdo político dos governos, da atuação parlamentar etc.

4 – A estratégia revolucionária é a da ditadura do proletariado, isto é, da destruição da máquina governamental burguesa, amplamente apoiada na burocracia e no exército permanente, e da sua substituição pelo povo armado e por organismos de poder dos operários. Eis a única forma estatal, através da qual será possível expropriar a burguesia, realizar as tarefas democráticas pendentes e estabelecer o desenvolvimento das relações socialistas de produção com o objetivo da constituição da sociedade sem classes, o comunismo. O sufrágio e o parlamento são parte do programa liberal burguês, oriundos da luta desta contra a fração conservadora (monárquica) e hoje plenamente aceitos pelos reformistas de todos os naipes. A luta de classes, tática do proletariado, é o verdadeiro termômetro para se medir a força do partido revolucionário e dos agrupamentos burgueses e pequeno-burgueses, seus agentes.

5 – A tática do partido revolucionário consiste em atuar no seio das massas trabalhadoras, impulsionando a luta econômica e transformando-a em luta política contra a burguesia e seu estado. A insurreição armada contra a burguesia será possível apenas na medida em que a maioria nacional oprimida, dirigida pelo proletariado, tenha superado suas ilusões na condução do país pela burguesia e esta tenha sido derrotada ideologica-

mente pelo partido revolucionário. Enquanto o contrário se verificar e as massas ainda encontrarem-se entorpecidas pela ideologia burguesa, estejam distantes de alcançar sua consciência de classe, não confiantes em suas próprias forças e métodos de luta e, por conseguinte, serem arrastadas pelas promessas burguesas no circo eleitoral, será preciso ao partido revolucionário intervir por todos os meios e em todas as ocasiões para emancipar as massas de seus opressores. Tais são as circunstâncias que impelem o partido revolucionário a fazer a disputa pela influência sobre os trabalhadores também no terreno eleitoral. Ao intervir nas eleições, o partido operário revolucionário não se afasta um milímetro do marxismo revolucionário que ensina que o proletariado e a maioria nacional oprimida só encontrarão o caminho dessa emancipação apenas no interior da luta de classes, e não nas eleições. E que somente na luta de classes o partido revolucionário alcançará a condição de direção física da maioria explorada.

6 – Os partidos da pequena burguesia, que estão numa relativa dependência política perante a grande burguesia, propõem introduzir reformas no sistema econômico, mas nunca sua derrubada, disputam com burguesia a condução do estado e se lançam nas eleições com vistas a competir com os partidos oligárquicos tradicionais o domínio sobre aparelho governamental. Seu objetivo se distingue apenas no fato de pretendem democratizar o Estado e aperfeiçoarem o sistema de exploração do capital. Tudo isto significa que os reformistas, os social-democratas e os eleitoralistas de toda espécie ajudam a burguesia a arrastar as massas ao circo eleitoral, alimentado as ilusões destas na democracia burguesa e em seu estado. O partido revolucionário tem, por isso, a dupla tarefa de combater as ilusões eleitoralistas e desmascarar os reformistas traidores.

7 – A tática eleitoral consiste em intervir nas eleições com o programa proletário, isto é, defender as reivindicações mais sentidas das massas, denunciar as eleições como uma farsa para enganar os trabalhadores, desmascarar os partidos burgueses e os reformistas, denunciar o caráter reacionário do parlamento burguês, defender a construção do partido revolucionário e apontar a saída estratégica para a crise capitalista: a revolução

proletária. É fundamental que o partido não omita o fundamento da destruição do Estado burguês e da implantação da ditadura de classe do proletariado. As mais variadas formas de intervenção eleitoral tais alianças eleitorais, apoio eleitoral a determinados candidatos ou partido de base operária; intervenção direta do partido revolucionário com candidatos próprios, defesa do voto nulo programático onde não puder intervir eleitoralmente etc dependem das condições concretas da luta de classes em cada lugar, do grau de organização da classe operária, da penetração do partido entre as massas, da conjuntura eleitoral etc. As diversas formas de atuação sobre o processo eleitoral, todavia, devem estar sempre subordinadas à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

8 – A história do movimento operário e do marxismo ensina que a toda vitória eleitoral pontual do partido revolucionário é expressão da sua penetração no seio das massas e do choque destas contra a grande burguesia. A atuação dos revolucionários no parlamento burguês, em absoluta oposição à atuação dos partidos da pequena burguesia reformista, que consiste em alimentar as ilusões dos trabalhadores no parlamento, deve permitir que as massas façam a sua experiência com o parlamentarismo burguês, já que apenas na base desta experiência os explorados podem emancipar-se da influência burguesa e dirigir-se para a tomada do poder. A sua intervenção da tribuna parlamentar ajuda a aumentar a influência das idéias revolucionárias entre os trabalhadores de todo o país. Os marxistas-leninistas-trotskyistas devem atuar em todas as ocasiões como tribuno do proletariado na denúncia das condições de vida das massas, dos crimes da burguesia, da podridão de seu Estado, sua justiça etc. Para os reformistas, a atuação dos trabalhadores nas ruas, por meio de greves, manifestações e bloqueios deve estar sempre subordinada à atuação parlamentar-eleitoreira. Ao contrário, para os revolucionários, a atuação parlamentar e eleitoral devem estar sempre subordinadas ao método da ação direta de massas. Eis o único caminho da ação tática revolucionária capaz de levar a maioria oprimida a destruir o estado burguês e edificar o governo operário-camponês.

Grito dos excluídos em Rondônia

7 DE SETEMBRO:

Mais um teatro armado pela burguesia para obscurecer a opressão de classe

Todos os anos, no dia **7 de Setembro**, é a mesma coisa. Nas capitais e grandes cidades, a classe dominante impõe sobre os trabalhadores o grande circo, chamando o povo para comemorar a independência do Brasil.

Os brasileiros são chamados a exaltarem os valores “cívicos e patrióticos”, como se todos usufríssem por igual das riquezas materiais e culturais do país. Pelo contrário, os trabalhadores (camponeses, operários e explorados em geral) enriquecem os capitalistas trabalhando, mas passam fome junto com suas famílias.

Não há como juntar patrões (exploradores) e empregados (explorados) por meio da unidade dos “patriotas” dentro de um país em que uma ínfima minoria explora a maioria

e deixa a juventude empobrecida sem escola, sem lazer, sem saúde e sem emprego, à mercê da violência nas periferias das capitais e grandes cidades.

Grito dos excluídos em Rondônia

O grito dos excluídos, para se converter em ação de resistência dos explorados, precisa surgir da vontade das massas se libertarem da opressão de classe e conquistarem o direito de usufruir dos bens materiais e culturais, que são produzidos pela ação coletiva dos operários e demais trabalhadores.

Sabemos que o “grito dos excluídos” foi promovido pela Igreja Católica e apoiado pelos movimentos sociais, com uma conotação humanitária de reivindicações democráticas com a

pretensa vontade de atenuar a miséria de milhares de pessoas.

Antes, em Rondônia, o “grito dos excluídos” acontecia com a presença de várias organizações de luta e movimentos sociais, como o MST, MAB, Pastorais da Igreja, estudantes universitários e partidos de “esquerda”.

A igreja católica retirou o “grito dos excluídos” da avenida e o isolou como um ato puramente religioso de caminhada em paróquias, de bairros diferentes que sequer pode ser visto. Virou “Cochicho dos Excluídos”. E qual foi o objetivo? Isolar as massas que compareciam ao grito nas avenidas de um grupo de vanguarda que o bispo Moacir Grech avaliava como radical – militantes do Partido Operário Revolucionário - POR e remanescentes da **Consulta Popular**, que passaram a rechaçar as eleições e defender o **Voto Nulo**.

O “Grito dos Excluídos” em Rondônia deveria ser um

grito das massas contra a destruição dos mananciais de água, de fontes naturais de riquezas que alimentam os ribeirinhos; contra a expulsão das populações indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhas de suas moradias tradicionais, com a construção das hidrelétricas no rio Madeira; contra a exploração dos operários que estão sendo escravizados na construção da obra das hidrelétricas; contra o teatro das eleições; contra a exploração e em defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores (emprego com salário mínimo vital, moradia e terra aos camponeses pobres).

O POR participa do “Grito dos Excluídos” defendendo o programa proletário e o método da ação direta. Levanta a Bandeira da **Revolução e Ditadura Proletária** e da defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores, para derrotar o capitalismo e construir o socialismo.

Boletim da Corrente Proletária da Educação de Rondônia

Latifundiário e ex-deputado pelo PTB assassina o camponês e militante do MST, José Valmerisco Soares

Os jagunços do fazendeiro Josué Bengtson torturaram e depois cravaram de bala o militante do acampamento situado nas proximidades da Fazenda Cambará (Pará), José Valmerisco Soares, conhecido como Caribe. No dia 4 de setembro, Caribe e seu companheiro de acampamento se dirigiam para a cidade de Santa Luzia do Pará quando foram surpreendidos pelos jagunços de Bengtson, que os colocaram em um carro e os submeteram a torturas e espancamentos. Em seguida, obrigaram a descer com a sentença de morte. O companheiro de Caribe conseguiu fugir se embrenhando na mata, mas teve a desgraça de ouvir os tiros que tiraram a vida do militante do movimento sem-terra. Denunciou a ação dos pistoleiros à polícia, que se negou a ir ao local. O corpo de Caribe foi achado pelos camponeses.

Certamente, se depender dos governantes e da polícia, o assassinato de Caribe passará impune, como passaram impunes os milhares de camponeses que perderam suas vidas pelas mãos sangrentas dos latifundiários e suas milícias armadas. A vida dos sem-terra só será defendida pelos camponeses pobres e seus aliados de classe, o proletariado.

A constituição dos comitês camponeses de autodefesa armados e a formação dos tribunais populares para julgar e punir os responsáveis pelas mortes e chacinas são tarefas impostergáveis. Os latifundiários, madeireiros e o agronegócio têm suas milícias para proteger a propriedade privada e contam com as leis, os governantes, a polícia e a Justiça para garantir a impunidade de seus atos criminosos.

Assassino de Carimbé

O latifundiário Josué Bengtson, mandante do crime, tem uma história de vida marcada pela corrupção e grilagem de terra. Foi um dos deputados que fugiu da cassação, em 2006, acusado de roubar dinheiro público do Ministério da Saúde, caso conhecido por “sanguessugas”. Professa a crença em Deus como pastor da Igreja Evangélica Quadrangular e ensi-

nou a seu filho Marcos a arte do crime para proteger a propriedade privada da terra. Foi Marcos que acompanhou os pistoleiros no assassinato de Carimbé. A prisão de seu filho, no dia 7, junto com 2 jagunços, não significa que os criminosos serão punidos. Ao contrário, logo mais estarão soltos para continuar a trajetória dos assassinatos dos que lutam pela terra no Pará.

O governo Lula e a governadora do Pará, ambos do PT, fazem vistas grossas aos mandantes dos crimes aos sem-terra. Os culpados continuam impunes.

Fazenda Cambará pertence aos sem-terra

A expropriação sem indenização da Fazenda Cambará deve ser imediata. A Fazenda faz parte da gleba federal chamada Pau de Remo e possui 6.886 hectares de terras públicas. O latifundiário Bengtson se apropriou dessas terras e já foi notificado muitas vezes do ato ilícito. Mesmo assim, continua como proprietário da Fazenda.

Os acampados travam a luta pela desapropriação e pelo assentamento das famílias acampadas nas redondezas. Mas nada tem sido feito pelo governo federal e estadual.

O governo trata o grileiro com luvas de pelica. Foram inúmeras as denúncias de ameaças de mortes aos acampados. Nada saiu dos boletins de ocorrências. A morte de Carimbé era prevista, mas nenhuma providência foi tomada para inibir o latifundiário-pastor assassino.

O movimento camponês deve exigir de Lula a imediata expropriação, sem indenização, e entrega das terras aos camponeses. Lula e politiquês estão preocupados com a campanha eleitoral e não querem se indispor com a classe dos latifundiários. Está aí por que o movimento dos sem-terra não pode estar vinculado aos governos e à política burguesa-eleitoral.

Carimbé é mais uma vítima dos conflitos pela terra

Os dados indicam que em 2010 ocorreram 365 conflitos por terra, envolvendo 33.413 famílias. A região Nordeste concen-

trou 54% desses conflitos, 194. Nessa região, houve aumento dos conflitos em relação ao ano anterior. Nas demais regiões, os números indicam redução. Os conflitos pela água cresceram. São movimentos relacionados à construção de barragens. Trata-se de 29 conflitos, envolvendo mais de 25 mil famílias, número muito superior ao ocorrido em 2009. Apesar de ser menor o número geral de desocupação judicial, aumentou na região Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Nessas regiões, houve crescimento dos assassinatos, prisões e ameaças. O levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra alerta que os números podem ser superiores em função das dificuldades de registro.

O fato é que existe uma tendência dos trabalhadores sem-terra de lutar por suas reivindicações. O problema está em que as direções do movimento estão amarradas em função do apoio ao governo Lula e sua política de assentamentos a contagotas, com desapropriação e indenização. Essa via está fadada ao fracasso. Os latifundiários sabem dessas limitações, contam com a impunidade e, por isso, agem com violência sobre os acampados e suas lideranças.

Defender a vida dos lutadores por meio do programa da classe operária

A conquista da terra dependerá da luta para impor o programa da classe operária. O isolamento do movimento camponês e o refluxo do proletariado alimentam o poder dos latifundiários e de seus representantes no Estado. A classe operária está imobilizada e à mercê das direções sindicais burocráticas. As campanhas salariais estão sendo desmontadas há anos em função do colaboracionismo da burocracia sindical com a política burguesa de defesa da propriedade privada, nacional e multinacional. Não existe uma fração revolucionária, com o programa de luta de classes, penetrada nas fábricas capaz de combater a traição dos burocratas. As direções dividem os movimentos, isolam as lutas e, com isso, enfraquecem o instinto de classe do proletariado.

Economia combinada – Brasil país atrasado e semicolonial

O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas teve um avanço significativo desde a chamada Revolução de 30. A década de 50 marcou o início de monumental penetração do capital imperialista, sob a égide da indústria automobilística. Nos anos 70, no período da ditadura militar, preparou-se a infra-estrutura para uma arrancada monopolista. A crise dos anos 80 e meados de 90 retardou a marcha das forças produtivas internas. Em 2000, há uma retomada. A crise mundial de meados de 2008 ameaçou a dinâmica de superação da denominada “década perdida”. Mas em meados de 2010 discute-se o gigantesco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB per capita. Houve uma enorme expansão do grande capital. Ampliou-se o processo de concentração monopolista. O capital internacional ganhou maior peso. Uma dezena de empresas nacionais se estendeu internacionalmente. O entrelaçamento do grande capital nacional e imperialista se consolidou e se ampliou. Com seu amplo mercado interno, abundante força de trabalho, PIB gigantesco comparado com os países

No campo, ocorre o mesmo. Mas as condições de miséria dos acampamentos e a longa espera dos assentamentos obrigam as direções dos camponeses a ocupar terras como forma de pressão para apressar o governo a cumprir as promessas de assentamento. Porém, não se trata da ocupação para impor através dos métodos da ação direta a reforma agrária. Os sem-terra ocupam e em seguida são retirados pela forma repressiva do Estado ou pelas milícias dos proprietários. Assim, os camponeses sem-terra ficam expostos à matança desfechada pelos latifundiários, madeireiros e seus jagunços. O isolamento debilita o movimento camponês. A aliança operária e camponesa é a unidade necessária para enfrentar a classe capitalista do campo e da cidade.

Uma aliança dessa natureza dependerá da inserção do partido revolucionário no seio do campesinato e do proletariado. O partido operário revolucionário tem o programa de destruição do sistema capitalista e a tarefa de resolver as tarefas democráticas pendentes, entre elas a solução da questão da terra.

A aliança operária e camponesa potencializa a luta contra a violência reacionária da burguesia e do Estado. Os comitês de autodefesa armados são os instrumentos necessários para enfrentar as chacinas, os assassinatos, as ameaças, as prisões e perseguições. Os Tribunais Populares deverão ser constituídos no fogo da luta para apurar e punir os crimes da burguesia contra os camponeses que lutam pela conquista da terra. Não tem como se defender as reivindicações senão fortalecendo a ação direta. As ocupações de terras, bloqueios, ocupações etc são os métodos da luta de classe contra classe para arrancar das mãos dos latifundiários e capitalistas os meios de produção e impor o controle coletivo da produção.

Operários, camponeses e juventude explorada: tomemos o programa da revolução agrária para que não haja vidas humanas sendo arrancadas à bala pela violência reacionária da burguesia e de seu Estado.

semi-coloniais da América Latina, abundante riqueza natural, o capitalismo brasileiro se projetou internacionalmente.

No entanto, não solucionou nenhuma das tarefas típicas de economias atrasadas, marcadas pela convivência de relações de produção capitalista altamente avançada com as pré-capitalistas. Um dos aspectos estruturais mais significativos é o dos conhecidos “desequilíbrios regionais” e mais recentemente dos desequilíbrios internos aos estados.

Tomemos o exemplo de Minas Gerais. Houve um agigantamento de pólos industriais avançadíssimos, bem como os agroindustriais, no entanto, permanecem concentrados e em substancial desequilíbrio com o estante do vasto estado.

Vejamos o comentário do economista Paulo R. Haddad: “dos 853 municípios de Minas, 199 têm PIB per capita inferior a 30% do PIB per capita brasileiro. Quando se consideram os municípios mineiros com valores inferiores a 50% do PIB per capita brasileiro, o número cresce para 533”. “Temos, pois, cerca de 200 municípios situados agora a direita da BR-040 na

direção Rio-Brasília, que têm como características sócio-econômicas: baixas taxas de crescimento econômico; insuficiência de absorção de mão-de-obra (...); elevados índices de pobreza e de carências sociais; fortes desequilíbrios sócio-econômicos e intrarregionais (entre zonas urbanas e zonas rurais) (...). “Caricaturando, é como se você, viajando do Rio de Janeiro para Brasília, olhasse para sua direita, e visse uma Minas com retrato sócio-econômico do Nordeste brasileiro e, para sua esquerda, uma Minas com retrato da próspera economia do interior de São Paulo”. (Jornal *O Estado de São Paulo*, 5 de agosto de 2010).

Minas Gerais faz parte da região mais desenvolvida do País, o Sudeste, com R\$19.277 de PIB per capita. Ocupa, depois de São Paulo e Rio de Janeiro a posição de maior destaque na economia, com 9,1% do PIB e R\$12.519,00 de PIB per capita (2007). É bom observar que Minas ainda conserva um peso agrário significativo, se comparado com São Paulo e Rio de Janeiro. Esse peso agrário participa com 8% na formação do PIB, enquanto que os dois maiores estados da federação, com 2% e 0,4% respectivamente. Mas o estado mineiro conta com uma indústria concentrada de transformação e de extração mineral, o que lhe confere 31,6% na formação do PIB. Quanto aos serviços, 61%, abaixo do Rio, com 69,7% e São Paulo, com 68,4%.

Tomando por comparação o estado mais bem situado do Nordeste, a Bahia, observamos um enorme abismo. Enquanto Minas detém 9,1% do PIB, a Bahia, apenas 4,1%. O estado mais atrasado economicamente é Piauí, com 0,5% do PIB. O economista Paulo R. Haddad indica que há uma Minas industrializada e altamente moderna coberta pelos mais sofisticados

serviços, que partilha com São Paulo e Rio de Janeiro, e uma Minas atrasada e pobre que partilha com o Nordeste. Os dados de 2009 mostram que o PIB per capita do Brasil é de apenas R\$ 5.405,00. Tomando o PIB per capita de cada estado da federação, observamos que permanecem os profundos desequilíbrios regionais. Essa constatação que aparece de maneira assombrosa para um Estado com alto potencial de desenvolvimento capitalista nada mais expressa senão a lei geral que condiciona e economia nacional e internacional do desenvolvimento desigual e combinado.

Enquanto essa lei não for modificada, o Brasil continuará um país semi-colonial frente às potências e avançado economicamente frente à semi-colônias mais atrasadas, como Bolívia, Peru, Angola etc. Internamente, o entrelaçamento entre o atraso com formas pré-capitalistas e artesanais de produção com as formas mais avançadas de industrialização continuará a manter os denominados desequilíbrios regionais.

A espoliação de um País sobre outros, ou de uma região interna sobre outras, ou de um estado sobre outros faz parte dessa lei que se manifesta com toda crueza no capitalismo. As forças produtivas necessitam ser libertadas das cadeias formadas pela propriedade privada dos meios de produção e de distribuição de riqueza.

A transformação histórica virá pela revolução proletária, que por sua forma é nacional e por seu conteúdo internacional. A compatibilização entre a produção social e a propriedade coletiva permitirá modificar os laços e as cadeias do atraso e do avanço. O que resolverá a situação de miséria, pobreza e atraso cultural das massas.

O que foi a Assembleia Nacional da ANEL

No dia 28 de agosto de 2010, realizou-se a terceira assembleia nacional da ANEL (Assembleia Nacional do Estudantes - Livre), que contou com 349 credenciados, entre delegados e observadores. Desta vez com uma novidade: o bloco *ANEL às ruas*, criado pela LER-QI e simpatizantes. A polarização do encontro se deu entre este bloco e a ala majoritária (PSTU). Claramente via-se que a assembleia era composta pela LER-QI e pelo PSTU, com alguns poucos simpatizantes destes partidos e talvez um ou outro estudante de base. Um encontro nacional de estudantes com uma delegação de três centenas de delegados e menos de 200 deles na plenária final mostra que se trata de um movimento que não é obra sequer de uma parcela expressiva dos estudantes. Cada vez mais se mostra que a ruptura com a UNE é uma aventura à margem dos estudantes, que estão sob a influência da burocratizada e governista UNE.

Caracterização do encontro

Já nos GDs (Grupos de discussão) que antecederam a plenária final, o PSTU caracterizava como vitorioso o encontro, argumentando que a ANEL estava em ascensão, pois o número de estudantes participantes cresceu da assembleia anterior para esta. Cantam vitória para si mesmos às costas da base estudantil. Negam-se a enxergar que o número de participantes é ínfimo, que a composição do encontro era dada pelos militantes do PSTU e da LER-QI com seus simpatizantes e que aqueles participantes sequer expressam uma fração expressiva, ainda que fosse minoritária, da massa estudantil.

O bloco *ANEL às ruas* caracterizava o encontro como um espaço para realizar um balanço autocrítico, pois a ANEL não havia impulsionado as lutas que aconteceram. Argumentavam que apenas eles haviam tocado as lutas em São Paulo, que o PSTU não encarnava o programa da ANEL, fazendo desta apenas bandeiras vazias e sem concretude. Acertam ao apontar o balanço negativo, mas não vão à raiz do problema, que é a própria entidade ter sido um racha de aparato, movido pelas correntes, e não uma criação dos estudantes em luta. A criação da ANEL baseou-se no argumento de que a UNE já não serve mais para a luta dos estudantes. Por nascer já de costas para os estudantes, ela própria também não toca as lutas e o sentido de sua existência se perde nesta contradição. A inexistência de um balanço da Conlute só vem a mostrar ao que veio a ANEL: ao mesmo destino dessa.

A máscara do balanço negativo autocrítico da LER-QI vem abaixo rapidamente. Quando pressionados pelo PSTU com a indagação “se o balanço é negativo e a ANEL não é de luta, por que continuam participando dela?”, se contradizem e argumentam que a ANEL tem um potencial de luta e que é a parcela mobilizada dos estudantes, mas que um balanço crítico é necessário para avançar, pois o PSTU não coloca em prática as resoluções tiradas. Se a ala majoritária da ultra minoritária entidade não coloca suas resoluções em prática e não está presente potencializando as lutas que ocorrem no país, de onde vem esse potencial de luta? O seguidismo ao PSTU torna a crítica da LER vazia.

Plenária final

A plenária final teve um funcionamento simples: todas e apenas as propostas do PSTU foram aprovadas. Existiram algumas propostas divergentes da LER-QI, mas todas quando postas em votação não eram aprovadas. O funcionamento da votação também era simples: quando a militante do PSTU que compunha a mesa levantava o crachá de delegada todos os outros militantes também levantavam. Parece normal um partido como um todo votar junto, mas parte considerável dos militantes e simpatizantes votavam mesmo sem saber do que se tratava.

Foi aprovada por consenso a realização do 1º congresso da ANEL para o ano que vem. Mais uma vez a entidade “avança” sem os estudantes.

Entrou a discussão da bandeira “qualidade de ensino”. A ANEL às ruas colocava a necessidade de substituí-la por “qualidade de ensino a serviço dos trabalhadores”. A ANEL não segue a linha da universalização do ensino superior. Discute como a universidade pode prestar serviço a sociedade, quando deveria discutir como tornar o acesso universal para, a partir daí, os oprimidos decidirem, como maioria dentro da universidade, os seus rumos. Quanto à qualidade, é uma bandeira reformista: ela não existe sob o capitalismo e a “qualidade” pretendida oculta a complacência com a existência do ensino privado, ao qual deve-se equiparar a tal qualidade do ensino público.

Foi proposto um debate sobre as eleições, com os presidencialistas. A LER pretendia um debate somente entre os anti-governistas. O PSTU se contrapôs, defendendo que deveria ser um debate com todos os candidatos. Divergências de aspectos, diante de posições eleitoralistas.

Outra proposta que gerou polêmica foi a de que a ANEL deveria propor ao PCB, PSOL, PSTU e PCO que concedessem seu horário político para as lutas em curso no país. O PSTU argumentou que não é de caráter da ANEL decidir o que farão os partidos de esquerda. A

Não permitir que a diretoria do DCE-USP entregue o espaço dos estudantes!

A diretoria do DCE, gestão *Melodia* (PSol), vem tentando, desde o final do primeiro semestre, acabar com a autonomia estudantil sobre o espaço estudantil, apesar de haver uma decisão de assembleia geral de estudantes contrária. No final de junho, quando havia poucos estudantes na USP, chamou um Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) com o objetivo de aprovar a entrega do chamado Centro de Vivência, mas não obteve quórum para tal. Em agosto, tentou novamente e novamente não obteve quórum. O CCA indicou a convocação de uma assembleia, mas a direção do DCE boicotou essa proposta. Há uma nova convocatória de CCA para 18 de setembro, onde se pretende colocar a questão novamente em discussão.

Trata-se do mesmo espaço que em 2009 foi reconquistado pela luta dos estudantes, com decisão de assembleia. Foi “reconquistado” porque a burocracia universitária, sob o pretexto de realizar uma reforma em 2006, havia assumido o seu controle.

A gestão do DCE tem tentado justificar o ataque contra a organização estudantil. Não se trata verdadeiramente de uma argumentação política, e sim de uma cortina de fumaça que é lançada propositalmente para esconder o essencial: **o espaço está sendo entregue para arrumar dinheiro.**

No site do DCE encontramos um texto intitulado “Minuta sobre utilização do Espaço de Vivência dos Estudantes”. Embora o próprio título defina o espaço como DOS ESTUDANTES, na primeira frase afirmam se tratar de um “espaço público de utilização não apenas

LER-QI pontuou que isso é uma proposta que a entidade faria aos partidos de esquerda e não uma imposição, que assim como o fim do vestibular, que não será realizado pela entidade, a proposta era de caráter político. A juventude do PSTU, por saber que isso não seria realizado por seu partido, não deixou passar tal resolução, pois isso criaria uma divergência com seu próprio partido. Os morenistas dão alta prioridade às urnas e não às lutas em curso, alimentam as ilusões nas instituições burguesas e não o contrário.

Outra discussão de relevância foi a bandeira de “incorporação dos terceirizados”. A LER-QI apontava que era necessário a inclusão de “sem concurso” à bandeira. O PSTU argumentou que não havia acúmulo de debate sobre a questão, que tal bandeira poderia abrir margem para a incorporação de burocratas de fundações privadas. O PSTU não é capaz de rejeitar os concursos criados como mecanismos de exclusão/demissão, e acaba fazendo coro com os governos e a burguesia na defesa deles.

Conclusão

A ANEL só se mostra débil. Esta última assembleia só veio a trazer a divisão da divisão. Pouco se discutiu sobre as lutas. A executiva nacional falseava ao dizer que a ANEL estava presente em todas as lutas estudantis do país. O exemplo de São Paulo, com o bloco ANEL às ruas dentro da entidade, é apenas uma das demonstrações da debilidade da ANEL. O escasso calendário de lutas e as moções de repúdio, como mostra o histórico, não saíram do papel.

Há que se fazer uma severa autocrítica. Um balanço da Conlute e do que foi a ANEL até agora é urgente. Caminhar através da unidade estudantil formando uma fração revolucionária na UNE para varrer sua burocracia. Atuar por dentro e por fora da UNE. Ser contra o divisionismo, que apenas quebra a força do conjunto dos estudantes. Por um movimento estudantil de massas!

dos estudantes, mas de toda a comunidade USP”. Não é verdadeiro. O espaço é ligado historicamente à entidade estudantil.

O fato de ser público não é contraditório com o controle dos estudantes sobre ele. Alguém questiona o controle exclusivo dos professores sobre o espaço da Adusp? Ou dos funcionários sobre o espaço do Sintusp? E esses espaços deixam de ser públicos por causa disso? É claro que não!!! A verdade é oposta: esse espaço só pode ser de fato público sob controle do movimento estudantil.

O embuste serve para tentar ocultar o acordo firmado com a reitoria. O falso silogismo apresentado só serve para mascarar o fato: o espaço está sendo entregue à reitoria em troca de parte do aluguel que será arrecadado das lojas/comércio que se instalarão no local. **A direção do DCE (gestão Melodia/PSol) está vendendo a autonomia estudantil sobre o espaço.**

Isto significa que a decisão da gestão *Melodia* não foi tomada por qualquer convicção política ou ideológica. Procura-se fazer da venda do espaço uma atitude republicana e principista. Diz assim: “através do processo de licitação é garantido que a escolha dos autorizados a comercializar naquele espaço seja feita de maneira mais transparente, impedindo o favorecimento de quem quer que seja”. Depois de entregar o espaço ao apagar das luzes, às costas dos estudantes, ainda vêm falar em transparência! Absurdo... Isso sem contar que qualquer licitação realizada será, como de costume, manipulada pelos mesmos burocratas que administram a universidade, que reproduzirão nessas licitações

os mesmos artifícios que são fartamente usados nas demais licitações manejadas pelo Estado (favorecimentos, fraudes etc.). A distribuição do espaço segundo licitações convocadas pela mesma burocracia universitária que aluga espaços da USP às academias, às empresas e bancos, que privatiza esses espaços, só poderá levar a mais privatização. É muita hipocrisia afirmar que se pretende “defender o espaço público” entregando-o às licitações privatistas da mesma burocracia que elitiza e privatiza a universidade. O fato é que a direção do DCE faz um bloco com a reitoria para privatizar o espaço estudantil.

Se a questão é a da utilização do espaço público, por que somente os espaços estudantis precisam de comissões “paritárias” como esta? Não vemos ninguém defendendo que a forma como serão utilizados os espaços da Adusp e do Sintusp seja decidida em um conselho que incorpore membros de fora das categorias de professores e funcionários, por exemplo, estudantes. Isso porque seria ferir a autonomia de cada setor sobre sua organização. Mas a autonomia dos estudantes pode ser ferida... inclusive aniquilada!! A autonomia sobre espaços de funcionários e professores não é questionada porque não é essa conversa de utilização do espaço público a verdadeira razão da tentativa de intervenção da burocracia universitária nos espaços estudantis.

No caso da reitoria, intervir nestes espaços é uma forma de, além de privatizá-los e com isso poder fazer uso de verbas para outros negócios, restringir as ações do único setor que não possui interesses corporativos na universidade, através da criação de uma dependência financeira das entidades estudantis e inserindo representantes na decisão de utilização das verbas vindas dos espaços.

No caso da direção DCE, a gestão dos espaços através de licitações controladas por um conselho gestor “paritário” parece ser uma maneira fácil e garantida de obter dinheiro para a entidade regularmente. Se as entidades passarem a contar com esse dinheiro todo mês e se tornarem dependentes dele, assim como acontece hoje com diversos sindicatos que dependem de contribuições obrigatórias, o que ocorrerá quando a reitoria se sentir ameaçada por atividades estudantis? Será muito fácil utilizar uma justificativa qualquer para cortar o repasse deste dinheiro às entidades, e deixá-las sem ação. Ou mesmo barganhar com a possibilidade desse corte para que as entidades recuem.

O que se passa é que o PSol no DCE está trabalhando para dar um salto na burocratização da entidade: ao criar um vínculo de dependência financeira entre o DCE e a reitoria se estabelece uma base material para a burocratização, que se dá sobre a base do aparelho sustentado não diretamente pelos estudantes nem por suas deliberações, mas apoiado num acordo com a reitoria e na obtenção de dinheiro vindo dela. Esse fundamento burocrático serve de condicionante burocrático não só para a atual direção, mas para as futuras, que sofrerão pressão do aparelho e da dependência econômica direta ou indireta da reitoria.

Para poder atacar os espaços, violentam também a democracia estudantil

Como se já não bastasse a atrocidade de vender a autonomia sobre o espaço estudantil, a gestão *Melodia* utilizou para isto mecanismos que ferem a própria estrutura da democracia estudantil (que pressupõe que as instâncias de decisão da base sejam soberanas sobre as direções das entidades).

A direção do DCE utilizou o X Congresso, em que tinha maioria, para aprovar uma resolução que passou a decisão sobre os espaços da Assembleia Estudantil para o CCA (Conselho de Centros Acadêmicos), ou seja, abriu caminho para que um fórum muito mais limitado

e composto apenas de dirigentes de entidades possa decidir por cima do organismo que representa o conjunto dos estudantes.

Além desta inversão, se recusam até mesmo a convocar a assembleia ordinária, que segundo o mesmo Congresso deveria acontecer no mínimo a cada dois meses. Utiliza o argumento do quorum para não convocar uma assembleia deliberada pelo CCA.

A gestão *Melodia* sabe que uma assembleia pode ter uma deliberação diferente daquela que tomaram às costas da maioria estudantil. Não querem nem pensar na possibilidade de ver a tão almejada arrecadação de verbas ameaçada por uma decisão contrária do conjunto dos estudantes.

Mas não se trata apenas de uma conduta burocrática, autoritária (porque coloca para a direção poderes superiores e separados da base). É também uma conduta corrupta, porque se move fundamentada na contrapartida financeira que será dada pela reitoria. A direção do DCE (gestão *Melodia/PSol*) não apenas entrega o espaço à burocracia universitária em troca de dinheiro, mas violenta a própria democracia estudantil, ao excluir as bases da decisão sobre seu próprio espaço, também em troca de dinheiro.

A conduta de entrega do espaço à reitoria é em si mesma uma traição à autonomia e uma atitude autoritária às costas das bases, autoritarismo que é reforçado com o rechaço à convocação de uma assembleia que foi indicada pelo mesmo organismo que a direção ligada ao PSol pretendia utilizar como mecanismo de exclusão das bases da decisão sobre o espaço estudantil (o CCA). Mas, muito pior que tudo isso, é que é praticada como **moeda de troca** com a burocracia universitária para obter dela dinheiro.

A simples e objetiva descrição dos fatos conduz à conclusão de que, ao vender o espaço e a democracia estudantil à reitoria, a atual direção do DCE está perdida para o movimento estudantil, passou para o lado da burocracia e da burguesia que a manipula.

Os estudantes, os centros acadêmicos e o próprio CCA têm o dever de discutir essa gravíssima atitude do DCE e tomar medidas quanto a ela.

Defendemos que todas as correntes políticas e partidos que se reivindicam da democracia estudantil e da autonomia dos estudantes sobre seu espaço se unam em defesa de uma campanha junto aos estudantes para garantir, através da ação coletiva e da mobilização, a autonomia sobre o espaço estudantil, e para varrer com a direção vendida do PSol do DCE, o que só pode ser feito a partir de uma ampla mobilização das bases. Rejeitamos as propostas de tentar resolver a questão à margem dos estudantes e das organizações do movimento estudantil, convocando assembleias paralelas ou comandos de mobilização paralelos, chamados por grupos (menores ou maiores) e não a partir da pressão, senão do conjunto, de parte expressiva dos estudantes.

NÃO PERMITIR QUE A DIRETORIA DO DCE ENTREGUE O ESPAÇO DOS ESTUDANTES!

Autonomia do movimento estudantil sobre o espaço estudantil!

Nada de comissão paritária, nada de licitação manejada pela burocracia!

Soberania da assembléia geral dos estudantes sobre uso do espaço, inclusive quanto a qualquer uso comercial!

Uso do espaço para impulsionar o movimento e demais atividades estudantis (culturais, sociais etc.), sem nenhuma ingerência da reitoria!

Manter ocupado o espaço, com presença de toda a vanguarda, propondo ao conjunto dos estudantes que acampem conosco para defender o centro de vivência!

Se a burocracia estudantil quer entregar o espaço, terá de se juntar à reitoria e recorrer à polícia e à justiça burguesa para nos expulsar!

Judiciários/SP - Direções encerram a greve em troca de uma proposta vazia do tribunal

No massas anterior, acompanhamos a greve até a assembléia de 18/08, na qual as direções informaram sobre o fracasso das negociações entre o TJ e o governo no sentido de obter uma verba suplementar para a reposição salarial de 4,77%. Diante disto e na esperança de que o TJ iria transformar em proposta uma outra promessa feita naquele mesmo dia de pagar a reposição apenas a partir dos últimos quatro meses deste ano, as direções defenderam a continuidade da greve, que foi aprovada por maioria e também a realização de outra assembléia em 25/08. Entretanto, em reunião no dia 19/08, com a comissão de negociação, o tribunal declarou que não tinha dinheiro para pagar nenhum índice para este ano, nem mesmo de setembro a dezembro e que “não iria tirar nenhum tostão das indenizações dos juizes para dar aos funcionários”, ou seja, nem mesmo a perspectiva vislumbrada pelas direções de concessão de algumas migalhas (reposição da inflação sem retroatividade) seria feita. Para continuar a enrolação, o TJ passou a fazer uma nova promessa: incluir o índice de reposição salarial no orçamento de 2011. Porém avisou: não seria possível dar nenhuma garantia de que haverá um valor exclusivo para cumprir essa promessa.

Direções retomam a proposta do dissídio como meio para resolver a greve

Na assembléia de 25/08, ocasião em que a greve completou 120 dias, as direções informaram que “o panorama da greve não mudou” e que “não havia nada de novo”, mas tinham “uma notícia razoável”: o relator do dissídio da greve havia mudado e que o novo relator era pelo menos “progressista”, mas não sabiam quando esse novo relator iria julgar o dissídio. Depois de vários discursos pela manutenção da greve, como “o fato é o seguinte; não é pelos descontos que vamos voltar”, “a greve tem que continuar porque acreditamos que vai sair alguma coisa”, “ não podemos sair dessa greve sem um índice”, “não importa o quanto dure a greve, tenham total confiança nas entidades, pois saberemos o momento de voltar”, a assembléia decidiu, por maioria pela continuidade da greve e a realização de nova assembléia no dia primeiro de setembro. A Corrente Proletária denunciou escrevendo: diante do fato de que “não havia nada de novo”, as direções retomaram a posição de que uma solução para a greve favorável aos servidores poderia vir do julgamento do dissídio proposto por elas no início do movimento e que o TJ até então protelou.

TJ julga o dissídio e enquadra o movimento na lei anti-greve

Entretanto, no dia 30/08, o novo relator do dissídio chamou a comissão de negociação para uma reunião de “conciliação” e apresentou “as novas regras” para o movimento: determinou que 60% dos servidores deveriam permanecer trabalhando e só 40% do funcionalismo de cada unidade cartorária ou administrativa deveria permanecer em greve, ou seja, com essa decisão o TJ procurou determinar e controlar o número de grevistas em cada comarca. Ficou evidente que essa decisão tinha por objetivo esvaziar o movimento, principalmente nas regi-

ões onde a adesão continuava forte, através da repressão aos grevistas. Para completar o golpe, em outra reunião declarou: “não há nenhuma proposta a ser apresentada aos servidores e que ainda busca uma verba suplementar para este fim”.

A Corrente escreveu que depois de enfrentar a intransigência e a enrolação do tribunal por quatro meses, de enfrentar uma verdadeira campanha da grande imprensa contra a greve, depois de suportar os descontos arbitrários nos salários etc., estava claro que o movimento deveria rechaçar mais essa imposição terrorista da cúpula do tribunal contra a greve, pois o fato de o TJ usar o dissídio para tentar enquadrar o movimento na lei anti-greve do governo Lula não era nenhuma surpresa. Assim também como não era nenhuma surpresa o fato de o STF ter julgado improcedente o mandado de injunção proposto pelas direções da greve contra os descontos em folha dos grevistas e que a realidade estava demonstrando novamente não ser possível quebrar a intransigência do tribunal pela “via legal”, “por cima”, como estavam tentando fazer quer as direções do movimento, concluindo que a resposta a mais este ataque do TJ contra a greve não poderia ser outra senão o recrudescimento da luta através da retomada de ações massivas e coletivas, que caracterizaram o ponto firme da greve.

Direções defendem o fim da greve

Na assembléia de 1º de setembro, as direções informaram que o tribunal havia apresentado uma proposta para encerrar a greve. Eis os pontos:

- 1 – o tribunal se compromete a proceder a revisão, relativa à reposição pretendida no dissídio (20,16%), a partir de janeiro de 2011, visando a atingir, no mínimo, 4,77%. A retroatividade a março deste ano fica condicionada a um aporte financeiro...;
- 2 – Compensação das horas paradas, mediante mutirão e/ou utilização do banco de horas, licença-prêmio, créditos de férias atrasadas, FAM, a critério do servidor até 01/08/2012. Ficam liberados os pontos para contagem de quaisquer vantagens pessoais, quinquênios, aposentadorias etc.;
- 3 – A devolução dos valores já descontados, excluindo-se os auxílios transporte e alimentação...;
- 4 – Os auxílios serão devolvidos somente aos auxiliares judiciários;
- 5 – Não haverá sanções administrativas aos funcionários em decorrência da greve, por seus atos e manifestações;
- 6 – Os funcionários da capital retornarão ao trabalho em 02/09 e no dia 03/09 os do interior;
- 7 - As partes comprometem-se a manter negociações salariais permanentes;
- 8 – A presidência do TJ dá poderes ao desembargador da comissão salarial para assumir o acordo;
- 9 – Haverá uma reunião entre o TJ e entidades para avaliar a proposta de Lei orçamentária a ser encaminhada pelo Governo do Estado à Assembléia Legislativa.

Após várias defesas a favor da referida proposta como “aqui está o que conseguimos”, “não foi o que desejávamos, mas só seria assinada se fosse aprovada pela praça” e que “se assim fosse, essa proposta iria fazer parte do dissídio”, e “se o tribunal não cumprir o acordo ele vira execução” etc., e das manobras para que não houvesse nenhuma defesa contra, a assembléia ficou dividida, mas aprovou o referido “acordo”, pondo fim à greve que durou 127 dias.

BAHIA

Operários da construção civil se revoltam contra os patrões

Uma massa de operários da construção civil de Salvador se concentrou diante do canteiro de obras do Condomínio Le Parc, em protesto contra as péssimas condições de trabalho, que ocasionaram, no dia 08 de setembro, a morte de dois trabalhadores e ferimentos graves em outro. Foram jogados violentamente ao chão com a queda de uma grua em que trabalhavam. Por ocasião da manifestação, denunciaram a morte de outro funcionário em novembro passado, a ausência de equipamentos, instrumentos e material de segurança apropriados para as atividades, o uso de equipamentos e máquinas velhos e com problemas há tempo, bem como as condições desumanas de trabalho e os baixos salários.

Com a morte dos operários, as atividades foram interrompidas, e, em seguida, realizada uma manifestação em frente ao canteiro de obras. O Condomínio Le Parc é um dos maiores investimentos dos capitalistas da construção civil, que se encontra aquecida com os incentivos do governo federal. Os responsáveis pela construção jogaram a responsabilidade para a empresa que presta serviço de montagem de equipamentos no local. O certo é que o operariado sofre todas as consequências das péssimas condições de trabalho e das jornadas estafantes, dos salários abaixo do mínimo vital, capaz de cobrir as mínimas necessidades dos trabalhadores.

BAHIA

Azaléia explora, demite e mutila trabalhadores

Não é de hoje que as denúncias contra a Calçados Azaléia Nordeste S.A. se avolumam na Bahia, expondo a profunda exploração a que estão submetidos os trabalhadores do setor calçadista, as condições desumanas de trabalho, a intoxicação em massa de operários e operárias, uma série ininterrupta de mutilações, assédio moral e forjamento pela empresa de motivos para demissão sem justa causa de milhares de trabalhadores.

Além disso, os trabalhadores são acometidos de doenças e lesões por efeitos repetitivos (LET), bursite, tendinite e hérnia de disco. Trabalhadores tiveram mãos, dedos, braços e antebraços amputados durante a utilização de máquinas e equipamentos. A ação da empresa ocorre de forma livre, sem qualquer constrangimento ou amarras legais, expressando claramente a convivência política e jurídica por parte do Estado, dos governos federal, estadual e das autoridades nas cidades, nas quais a empresa se encontra instalada.

Só em Itapetinga-BA, cerca de 13 mil trabalhadores estão expostos às mais cruéis formas de exploração. Estima-se em 25 mil o número de operários nos pólos que a Azaléia mantém na Bahia, Ceará e Sergipe. Milhares foram demitidos durante a crise e posteriormente. Desde a fundação, há 11 anos, são dezenas de acidentes de trabalho com mutilados registrados nos órgãos públicos. Em 2008, 500 trabalhadores sofreram intoxicação. Por ocasião da crise, a empresa demitiu 1.285 operários. Em junho de 2010, um trabalhador sofreu queimaduras em 90% do corpo.

Os trabalhadores sofrem pressão permanentemente da empresa, não podem faltar por motivo de doença, não conseguem sequer um atestado junto aos médicos da região, que têm medo de represálias, enfim, são vigiados e controlados dentro e fora da empresa, para manter os níveis de produtividade e extração de mais-valia, a fonte do lucro embolsada pela Azaléia. Não faltam denúncias de que a empresa alterou o ritmo de funcionamento das máquinas, com o objetivo

Entretanto, as denúncias da superexploração, a informalidade, desrespeito à legislação trabalhista e dos contínuos acidentes de trabalho no ramo da construção civil na Bahia, especialmente em Salvador, não param de crescer. Só neste ano, ocorreram 65 acidentes de trabalho com 14 mortes. O setor encabeça a lista dos acidentes, que só não é maior porque as empresas não os comunicam à Previdência e ao órgão de fiscalização do Ministério do Trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção da Bahia (SINTRACOM), filiado à CTB, dirigido pelo PCdoB, não organiza os trabalhadores em seu conjunto para dar uma resposta à altura aos problemas enfrentados pelo operariado em Salvador. Seu presidente faz parte do Conselho das Cidades (Concidades), fórum criado pelo governo estadual para bloquear a luta de classes, controlar movimentos sociais e organizações, contando com a política de conciliação das direções sindicais e populares ligadas ao PT e PCdoB.

Os trabalhadores fecharam o canteiro de obras depois do acidente e farão uma manifestação na sexta-feira, dia 10 de setembro. É preciso organizar a luta do conjunto dos operários, ocupar o canteiro de obras, realizar manifestações e bloqueios massivos e defender um programa de reivindicações que expresse as necessidades vitais da classe operária.

de aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o aumento na produção, ocasionando a série de mutilações.

Desde o ano de 2003, quando o Ministério Público entrou com a primeira ação, a empresa manipula, pressiona e controla os membros do legislativo, executivo e judiciário local para abafar os casos e deixá-los sem qualquer investigação e punição. Utiliza-se dos recursos legais para adiar decisões, forjar provas e ganhar tempo. A empresa sequer aparece nas audiências públicas e judiciais, quando não apresenta documentos e provas forjadas contra os operários demitidos e mutilados, deixando, ao final, milhares de trabalhadores sem qualquer direito à indenização pelas demissões sem justa causa, passadas como justificadas perante as autoridades.

Dessa forma, a empresa, articulando métodos de extração de riqueza pelo aumento da jornada de trabalho e pelo incremento do ritmo e da produtividade, enriquece-se às custas do trabalho dos operários. Essa situação demonstra o caráter do Estado, como instrumento de opressão dos capitalistas sobre o conjunto dos explorados. São 11 anos de amparo e convivência do Estado e impotência das autoridades, que se curvam diante do poder econômico da empresa. Portanto, apesar da gritaria geral, das denúncias, ações trabalhistas e de liminares de um lado e do outro, o certo é que a situação de descaso continua.

O que mais causa indignação é a inoperância das direções sindicais, que representam os trabalhadores do pólo calçadista, do Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Itapetinga, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário (CNTV) e da Central Única dos Trabalhadores, que se limitam apenas à denúncia dos casos e ao apelo moral e jurídico às autoridades, sem organizar o conjunto dos trabalhadores, impondo à capitalista Azaléia os métodos da ação direta e da luta de classes como greves, manifestações, ocupação das fábricas e prédios e bloqueio de avenidas. Não há como deter a ação da empresa e a profunda exploração dos trabalhadores sem a ação direta das massas.

Campanha salarial dos Eletricitários-SP

A campanha salarial dos eletricitários se iniciou em maio. A entrega da pauta de reivindicações aos patrões pelo sindicato ocorreu em maio. Para nós, uma campanha salarial é de vital importância. É o momento privilegiado para lutarmos pela melhoria das condições de vida e trabalho. Assim, esse é o momento de todos os eletricitários se engajarem na luta através de assembleias unitárias, fortes e combativas, que devem decidir sobre os interesses reais da categoria. Como por exemplo, exigir que o piso salarial alcance o valor de R\$ 1700,00 – hoje miseráveis R\$ 834,00, fim da tercerização com incorporação imediata de nossos companheiros de trabalho, redução da jornada de trabalho etc.

As assembleias que estão sendo realizadas nas bases (porta da empresa) estão mostrando a vontade de lutar dos eletricitários. Ocorre que as assembleias estão sendo realizadas depois de quase 4 meses da pauta ser entregue aos patrões. A questão

Rondônia:

Nada de acreditar em promessas da burocracia sindical e do prefeito Roberto Sobrinho – PT

São todos farinha do mesmo saco!

A assembleia tem o objetivo de encaminhar a luta para que seja implantado um plano de cargos e salários, visto que ficou pendente da última negociação com o prefeito, em maio. Há necessidade de fazer um balanço do descaso do prefeito Roberto Sobrinho/PT, desde a implantação do plano de cargos e salários e da pauta de reivindicação de 2010.

Primeiro, o plano foi implantado em outubro de 2009 do jeito que o prefeito bem quis, causando prejuízo salarial para boa parte dos trabalhadores da educação do município. Segundo, a pauta de reivindicações foi encaminhada em março e só foi negociada no final de maio. Também como o prefeito bem quis.

É do conhecimento de todos que o percentual de reposição das perdas, calculado pela diretoria do Sintero, era de **34,41%**. E o que tivemos foi um mísero percentual de **4,5%** e um abono de R\$ 70,00 reais que nada alterou em nossos salários, pois os descontos arrastaram tudo. E, além do mais, o prefeito não cumpriu o prometido, que sairia no pagamento de junho. É bom lembrar que só saiu em folha suplementar. Estas são lições que não se podem esquecer, é importante que retomemos a luta para arrancar nossas reais reivindicações de recuperação das perdas salariais e a defesa do salário mínimo vital, que é de R\$ 3.500,00.

Essa novela se repete todo ano. Sempre se apresenta a pauta, no início do ano, e o prefeito negocia com a diretoria do sindicato do jeito que bem quer.

Nada de acreditar que nossos direitos virão como presente do parlamento ou do executivo

A história de luta dos trabalhadores da educação tem nos mostrado que é uma ilusão acreditar que nossos problemas

agora é saber se a direção do sindicato está disposta a recuperar o tempo e organizar imediatamente a luta coletiva. Nós da Corrente Proletária dos Eletricitários achamos que não. Mas cabe aos trabalhadores de conjunto ter sua avaliação. O fundamental é que exijamos do sindicato uma atitude séria e comprometida com nossa campanha salarial.

Notamos que nas assembleias de base, nas unidades, os eletricitários ficam receosos de dizerem o que pensam devido à presença das chefias e das câmeras que nos vigiam a todo tempo. É preciso retomar a assembleia geral no sindicato, garantindo a democracia sindical em que o trabalhador tem voz ativa.

Nossa proposta de organização da campanha

1. Convocar a assembleia geral;
2. Constituir um comando de campanha formada por representantes das unidades;
3. Preparar a greve, para caso seja necessária.

trabalhistas virão da boa vontade dos governantes e parlamentares. Nada mais falso. Eis os fatos: todo período eleitoral sai membros da diretoria para se candidatarem a vereador, prefeito, deputados estadual, federal e senador; ou indicam apoio a outros candidatos, como no caso ao presidente Lula. Depois de eleitos, resolvem os problemas de quem? Certamente, não são os dos explorados;

A Corrente Proletária da Educação faz um alerta aos companheiros chamando a atenção de a força para conquistar o atendimento às nossas necessidades vitais está na unidade da luta com ações coletivas de enfrentamento para derrotar o prefeito e a burocracia eleitoreira conciliadora do sindicato. Não existe outro caminho. Nada de acreditar na solução dos nossos problemas engordando os opressores do povo.

Já são aproximadamente 20 anos com nosso salário arrojado. Vamos dar um basta! Organizemos os trabalhadores para conquistar as reivindicações

Nesta assembleia reafirmamos nossa defesa:

1. Nenhum trabalhador em educação ganhando menos que um piso equivalente ao salário mínimo vital, R\$ 3.500,00;
2. Estabilidade a todos os professores emergenciais;
3. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho e salário;
4. Diminuição do número de alunos por sala no máximo 25, construção de novas escolas e contratação de novos professores e funcionários;
5. Rejeitar qualquer tipo de opressão dentro das escolas e por parte da secretaria de educação;
6. Defesa da escola única, pública, gratuita em todos os níveis e vinculada à produção social.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Nesta edição:

- Reforma da Previdência atinge a França
- Assimilar a experiência de Potosí
- O governo, por sua natureza de classe, está condenado a reprimir
- Viva a IV Internacional!
Em defesa do Programa de Transição



Reforma da Previdência atinge a França

Mobilizações contra a Reforma

Desde o começo do ano, o governo de Nicolas Sarkozy anunciava uma reforma no sistema da previdência. As primeiras medidas foram apresentadas em junho; duas eram mais violentas: aumento de 40 para 41 anos e meio de contribuição para a aposentadoria integral e tempo mínimo de 60 para 62 anos.

Nesse mesmo mês, as principais Centrais sindicais, ainda que separadas, resolveram chamar manifestações e greves parciais. O objetivo no momento era impedir que o governo avançasse. No dia 15 de junho uma greve geral foi convocada.

Em um dos atos, organizado pela FO (Force Ouvrière) mais de 70 mil trabalhadores compareceram; em outro, chamado, sobretudo pela CGT ([Confédération générale du travail](#)), dezenas de milhares gritaram contra a Reforma.

Não obstante as mobilizações, o governo avançou. Em fins de agosto, centenas de emendas já tinham sido feitas ao projeto do governo. Entretanto, mantinha-se a essência de aumentar o tempo de contribuição e de idade mínima.

As centrais sindicais, que resistiam à unidade, tiveram de chamar agora em 07 de setembro um ato unitário e uma greve geral para barrar a Reforma. O resultado foi amplamente noticiado: mais de 3 milhões de trabalhadores franceses dizendo não às medidas. **“Dejà trop!”** (Já é demais!) – foi o lema que mobilizou a população. O aumento da contribuição e na idade mínima para aposentar não pouparia ninguém: tanto o setor público quanto privado seriam atingidos.

As direções do movimento

O problema colocado para os trabalhadores é que desde junho as principais Centrais francesas tem apostado na pressão sobre o Ministério do Trabalho e sobre os parlamentares. Nesse período, por exemplo, a CGT entregou dezenas de abaixo-assinados contrários à reforma; ao mesmo tempo em que a FO se negou a construir a unidade, fazendo a sua pressão parlamentar. Acuadas pela pressão dos trabalhadores, as Centrais foram às pressas convocar as mobilizações.

O caminho, no entanto, é duro. Sarkozy aposta no enfraquecimento das mobilizações, afirma que não vai recuar. Conta com a fragmentação do movimento operário. O secretário geral da FO, Jean-Claude Mailly, afirma categoricamente que a “unidade da ação” é uma necessidade imediata, e não pode ser confundi-

da com alguma tentativa de “unidade sindical”, incompatível com o “princípio democrático” do “pluralismo”.

Vê-se como a ausência de direções revolucionárias atinge em cheio os países imperialistas. Somente a ação direta das ruas, a greve geral e por tempo indeterminado poderá derrubar a Reforma antipopular. Sem radicalização na luta, o governo ignorará os manifestantes.

França expõe as contradições da Europa

A Reforma é uma imposição do capital frente à crise que transbordou em 2008. Embora não tenha sofrido tão intensamente a crise como os EUA, a França não se apresenta em posição tão favorável quanto a Alemanha, que tem conseguido amenizar os efeitos da crise sobre o continente.

O certo é que a reforma é só mais um elo na corrente de medidas anti-crise dos governos. Há poucos meses, víamos as mesmas medidas, num grau mais aprofundado, serem aprovadas pelo governo da Grécia. A exigência nos últimos anos foi de aumentar o tempo de contribuição e a idade para se aposentar. A França, hoje, é um dos países com a menor idade: Alemanha, Itália, Suécia e Espanha, por exemplo, já aprovaram medidas nos últimos anos para progressivamente alterar a idade mínima. Na Alemanha, pretende-se chegar ao mínimo de 67 anos!

A “democrática” França não tem como ocultar o jogo especulativo do capital financeiro e ataca abertamente a vida das massas. Tem se tornado menos atrativa para investimentos que outros países. O Estado Francês precisa, com os ajustes implementados pelas reformas, aumentar seu caixa, enxugando gastos. Sofrem, com isso, a classe operária e os demais trabalhadores que tem seus salários e seus direitos diminuídos para que a rentabilidade, garantida pelo Estado, seja maior para os financistas das bolsas.

Tais medidas dos governos objetivam preservar a burguesia interna das crises atuais, mas alimentam, em grau mais aprofundado, as crises futuras. Os trabalhadores dos países imperialistas, que pareciam estáveis e acomodados, graças à exploração mundial do capitalismo, estão sendo sacudidos pela crise estrutural.

França expulsa imigrantes

Do mesmo modo, a crise que leva a reformas, também potencializa o desemprego e a barbárie social. O Estado de “bem

estar social” desmorona.

Nesse contexto, outra medida impopular de Sarkozy garantiu dezenas de manifestações pela Europa, no começo de setembro.

Resolveu expulsar ciganos romenos e búlgaros de seu território. A medida, segundo o governo, seria para combater a imigração ilegal. A verdade é que, com a crise e o desemprego, aumenta a xenofobia e a política de perseguição aos trabalhadores. Só a unidade na luta é que pode impedir que essa tendência se avolume e ganhe proporções trágicas.

Mais mobilizações contra os governos europeus

Enquanto os ministros das Finanças da União Européia se reuniam, na Bélgica, para propor medidas de austeridade fiscal, trabalhadores dos transportes franceses e ingleses faziam paralisações e greves contra tais medidas.

Na Inglaterra, mais de 800 trabalhadores já foram demitidos do metrô só esse ano. A chamada “austeridade” fiscal tem sido adotada por ambos os governos, da França e Inglaterra.

Por “austeridade fiscal” entenda-se a política de aumentar os impostos para os trabalhadores, prejudicar os serviços públicos e manter igual a taxação para as grandes fortunas, para o capital financeiro e para a burguesia em geral.

As lutas indicam a necessidade da classe operária européia alcançar a unidade revolucionária. O ataque da classe capitalista não poupa nenhum país. A ofensiva generalizada da reação burguesa está apenas começando. E a resistência das massas, também.

Falta a política revolucionária no seio das massas

Temos visto, mês após mês, dezenas de manifestações pela Europa: na Itália, na França, na Grécia, na Espanha. O que as caracteriza é o fato de lutarem contra medidas impopulares dos governos locais e contarem com participação massiva dos trabalhadores, incluindo aí, a classe operária.

As manifestações na Grécia faziam crer que o governo recuaria. A radicalidade de uma parcela dos manifestantes,

principalmente, a juventude, a gigantesca participação do funcionalismo público e a presença da classe operária pareciam garantir uma vitória certa. Restava, no entanto, uma política que transformasse essa quantidade em qualidade política.

Diante de governos que não reconhecem as manifestações massivas, a política revolucionária busca quebrar a resistência governamental, alterando o método de luta, radicalizando-o.

A bandeira de derrubada dos governos burgueses, deve aparecer quando esses figuram como um poder de ataque aberto às massas mobilizadas. Essa deveria ter sido a consigna frente a intransigência do governo grego. Se não reconhece a vontade da maioria dos trabalhadores, então o governo deve ser varrido.

Na França, as pesquisas da imprensa burguesa apontam que 70% da população é contrária à Reforma da Previdência. Em 8 de setembro, a greve geral atingiu, por exemplo, 50% do transporte. Mais de 200 manifestações se espalharam de norte a sul do país. Lyon e Paris tornaram-se epicentro da revolta que tomou a população. Esse movimento indica tendências profundas de combate à exploração.

Hoje, a França conta com 8 Centrais Sindicais, refletindo o esfacelamento organizativo da classe operária. Os principais dirigentes não passam de social-democratas que repetem como papagaios que a “reforma da previdência deve ser retirada”. Os Ministros de Sarkozy disseram abertamente que não recuarão.

As centrais estariam dispostas a enfrentar o governo numa greve geral por tempo indeterminado? Enfrentar a polícia e impedir a qualquer custo a votação da Reforma? Se atreveriam a defender a derrubada do Governo? Absolutamente, não.

A burocracia está obrigada a encabeçar as manifestações de descontentamento das massas para limitá-las e controlar a revolta instintiva. Ressalta a crise de direção.

A necessidade de construção da IV Internacional mostra-se mais urgente, a crise aumentará a barbárie e os trabalhadores sofrerão ainda mais as conseqüências.

Bolívia:

Assimilar a experiência de Potosí

Governo incapaz de resolver os problemas choca-se frontalmente com os explorados e as regiões

Enquanto o governo se envolve em uma corrida frenética para conquistar todas as áreas do poder estatal a fim de se tornar extremamente autoritário (ao ponto de não tolerar nenhuma oposição e dominar os explorados e as regiões para controlá-los com mão-de-ferro), surgem em todo o país focos de rebelião que refletem as profundas contradições que existem na estrutura econômica do país. Refletindo em nível superestrutural o choque de interesses materiais dos setores sociais e regiões entre si.

Dessa forma concreta, nos é revelado como na Bolívia (em sua base econômica), lado a lado se mantêm em constante luta vários estágios de desenvolvimento das forças produtivas. E, por outro, como resultado do exposto, as formas de apropriação e produção também são diferentes e contraditórias, negando-se permanentemente umas às outras.

Toda essa realidade é ainda mais complicada quando diversos setores sociais e regiões do país estão envoltas em tamanha miséria e abandono. A cada dia, agem como catalisadores que levam cada vez mais os explorados a recorrerem a ações radicais. O governo está longe de compreender a realidade objetiva e permanece embriagado por seus êxitos eleitorais do dia anterior. Fabricando descontroladamente leis para implementar o “novo” Estado Plurinacional. Afundado em um subjetivismo cego; dá as costas à realidade, para cair em uma espécie de fetichismo legal. Convencido de que basta a adoção de uma legislação adequada para alterar materialmente o país, quando na verdade ocorre o contrário, as leis não são outra coisa que o reflexo do grau de desenvolvimento material da sociedade.

Sem dúvida, este subjetivismo é crônico na classe dominante desde o alvorecer da República. Os latifundiários regionais que derrotaram os sonhos de Bolívar (que procurou estabelecer uma nação poderosa capaz de se defender das novas potências capitalistas que já surgiam no norte do continente e na Euro-

pa) pretendiam fundar uma nova República liberal copiando as leis da Inglaterra e França. Acabaram quebrando a cara na parede, pois esse corpo estranho ao desenvolvimento material da estrutura econômica do país manteve-se nas velhas preleiras dos arquivos jurídicos, as tentativas do liberalismo do início do século XX e do nacionalismo de meados do mesmo século tiveram a mesma sorte.

O que aconteceu em Potosí é a revolta dos explorados na região exigindo do governo soluções reais e concretas de suas necessidades materiais que estão diretamente relacionados com o desenvolvimento da região. A abertura de estradas, o funcionamento da fundição de Karachipampa, a construção do aeroporto internacional, a estabilização morfológica do Morro Rico etc, significa para eles: postos de trabalho e a melhoria das deprimentes condições de vida, que agora estão sendo submetidos e a não serem ouvidos pelo governo autista e arrogante (que só escuta a si mesmo) explodem da forma que fizeram. Aqueles que até oito meses atrás eram o reduto eleitoral do MAS, agora queimam as bandeiras azuis do oficialismo e bonecos representando Evo Morales. Juram que nunca mais deixarão o presidente e seus ministros entrarem na região.

Aqueles que diziam que as demandas de Potosí poderiam

ter sido resolvidas no início e que só dependia da “vontade política” do presidente e seus ministros estavam enganados. Se fosse assim, todos os problemas poderiam ser resolvidos de forma indolor e o desenvolvimento do país seria resolvido pela vontade de seus governantes. Não, o problema é objetivo e reflete as leis internas do desenvolvimento do país. Por mais boa vontade que tenha o governante, não pode ir além dessas leis. O caso do governo de Evo Morales não é outra coisa que a reiteração, em condições caricaturescas e menos dramáticas do que tentaram fazer os liberais e o nacionalismo burguês, fracassando catastroficamente em sua tentativa de transformar a Bolívia em um poderoso país industrial, no âmbito das relações de produção capitalista.

Novamente, os acontecimentos de Potosí confirmam a precisão do programa do POR. O atraso regional e as necessidades vitais dos povos serão resolvidos no âmbito da revolução socialista, caminho da consolidação da futura sociedade comunista. Somente este processo baseado na propriedade social dos meios de produção vai permitir o crescimento ilimitado das forças produtivas para satisfazer plenamente as necessidades humanas.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano nº 2185, de 20/08/2010)

O governo, por sua natureza de classe, está condenado a reprimir

Todos partiam do argumento de que, após os desastrosos acontecimentos políticos, produto da última rebelião popular em Potosí, o governo seria forçado a entrar num período de reflexão preocupado em recuperar o terreno político perdido. Até que na última coletiva à imprensa Evo Morales deixou os analistas políticos sem ação. Todos protestaram contra a “arrogância” do governante ou por sua má interpretação “da situação política”.

O presidente compareceu perante a imprensa e noticiou que os acontecimentos de Potosí, os de Caranavi, as mobilizações indígenas nas terras baixas, dos trabalhadores fabris e professores, eram simplesmente o resultado de uma macabra conspiração da direita que envolvia diretamente a embaixada norte-americana e a direita oligárquica da “Meia Lua”, que toda essa bagunça se deve a uma série de “infiltrados” direitistas e trotskistas que buscam “confundir” os ingênuos eleitores do MAS, que o problema não é preocupante, pois eles serão esmagados como em Santa Cruz, Beni, Chuquisaca e Pando.

A reação do governo tem uma explicação política e a essência do problema consiste em determinar claramente a natureza de classe do governo Evo Morales. Nós trotskistas dizemos que este é um governo que está condenado a desenvolver uma política burguesa, porque ele representa setores camponeses de pequenos proprietários, como os cocaleiros e os vastos setores organizados na CSUTCB (Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia). Ao conteúdo de classe da política desenvolvida pelo governo, junta-se a ação dos setores abertamente direitistas representados pelos tecnocratas diretamente controlados por García Linera; pressionando o governo para posições cada vez mais à direita na orientação das soluções de problemas sociais de acordo com os interesses

da iniciativa privada e dos investidores estrangeiros.

Este governo, fortemente criticado por não oferecer segurança jurídica para os parceiros “estrangeiros”, é forçado a atacar os “setores sociais” rebeldes para criar a aparência de que o governo tem tudo sob controle e que sua mão dura tem poder suficiente para domesticar os rebeldes. Tendo em conta que a febre eleitoral estará adiada para daqui a cinco anos, não seria hora de deixar de ser mimado e satisfazer as demandas do eleitorado, como a demanda “pouco razoável” dos camponeses de La Paz de expulsão de uma parte do gabinete presidencial. A última virada política do oficialismo derrubou a teoria de que aqueles que realmente governam o Estado Plurinacional são as organizações sociais e de que os membros de governos e parlamentares seriam simplesmente executores da “vontade soberana”.

Embora, de tempos em tempos, faça birras contra as empresas privadas, as multinacionais, a embaixada norte-americana, as organizações financeiras do imperialismo etc, sabe que em última instância depende deles e que é preciso incentivar-lhes confiança para que tragam o dinheiro e coloquem a economia nacional em movimento.

Repete-se a experiência do processo que vivemos após a revolução de Abril de 1952, em que um governo nacionalista burguês que debutou como radicalmente anti-imperialista, ante a arremetida das massas, principalmente proletárias é forçado a abandonar as suas posições anti-imperialistas para correr ao abrigo do Departamento de Estado norte-americano para frear os trabalhadores e impor políticas duras contra o país. Neste caso, reforçando as tendências de direita dentro do governo, colidindo frontalmente contra as organizações sociais, que até ontem eram seu reduto eleitoral. Frente às agressões futuras,

cada vez mais radicais das massas, não hesita em usar a violência e o massacre para assegurar os interesses do imperialismo e da empresa privada nacional.

Com base na argumentação de Evo Morales à imprensa de que o instrumento político, precisamente devido à sua natureza ampla e democrática, foi infiltrado pela direita, surgem

tendências sobre a necessidade de purgar o interior do MAS para limpar suas fileiras de todos os elementos incômodos que nome das bases questionem a política oficial do governo. O destino de Gustavo Torrico e outros faz parte do expurgo que já começou e promete a adquirir contornos estalinistas.

(Extraído do jornal "Masas" boliviano nº 2185, de 20/08/2010)

IV Internacional

Viva a IV Internacional!

Em defesa do Programa de Transição

Em 3 de setembro de 1938, nasceu a IV Internacional. A III foi degenerada pela política do "do socialismo em um só país", ditada por Josef Stalin. Ao mesmo tempo, liquidou a vanguarda bolchevique na Rússia, utilizando-se dos Processos de Moscou. A Segunda Guerra Mundial se aproximava e a Internacional estalinizada não podia mais ser a direção mundial do proletariado. Em 1936, Trotsky esperava que a Conferência Internacional da Oposição proclamasse a IV Internacional, mas não se efetivou. Havia de continuar a luta contra os que se opunham a estruturar a nova Internacional. A Trotsky, era urgente a sua criação para que a classe operária tivesse uma direção revolucionária. Do México, onde se exilou em janeiro de 1937. De longe, Trotsky lutou para pôr em pé o Partido Mundial. O assassinato do alemão Rudolf Klement, que realizava as tarefas na direção trotskista de preparação do congresso de fundação da IV Internacional, por obra de Stalin, em julho de 1938, foi mais um ato contra a sua constituição.

Em 3 de setembro, realizou-se o congresso de fundação, contando com 21 delegados de 11 países e convidados. Etienne representou a seção russa. O congresso teve como presidência de honra a memória dos lutadores: León Sedov, Klement e Erwin Wolf, assassinados pela polícia política de Stalin. O Comitê Executivo contou com Trotsky, embora estivesse impedido de participar do congresso em Paris. Os trabalhos foram dirigidos por Max Shachtman. Entre os documentos aprovados estava o Programa de Transição, redigido por Trotsky.

A constituição da IV Internacional chamou a atenção da vanguarda proletária



ria mundial. O Programa de Transição marcou a retomada das teses leninistas dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Ao mesmo tempo, tratava-se de um documento que fazia um balanço crítico da experiência revolucionária mundial e incorporava as lições do movimento socialista internacional. Rejeitava a idéia da divisão entre o programa mínimo e programa máximo pelos reformistas e centristas e adotava o método que combina as reivindicações do conjunto do proletariado com a estratégia de destruição do sistema capitalista de produção.

Trotsky tinha clareza das dificuldades de solidificar a IV Internacional, como direção efetiva das massas em função do retrocesso político organizativo sofrido pelo proletariado mundial com a burocratização dos partidos comunistas e a pouca penetração das seções que se integravam à nova Internacional. Mas a fortaleza estava no próprio Programa de Transição: "É preciso ajudar as massas, no processo da luta

cotidiana a encontrar o ponto entre as reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esse ponto deve constituir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições atuais e da consciência das amplas camadas da classe operária e conduzindo a uma só única conclusão: a conquista do poder pelo proletariado". Portanto, o programa da IV se diferenciava radicalmente da dos reformistas e proclamava a estratégia da revolução proletária. Quando assinalava a forma de governo operário e camponês, estava materializando a ditadura do proletariado.

O congresso de fundação também aprovou um Manifesto "Aos trabalhadores do mundo inteiro". Trotsky saudou o congresso: "A partir de agora, a IV Internacional enfrenta as tarefas do movimento de massas (...)". A eclosão da 2ª Guerra Mundial, 1939, logo no nascedouro da IV Internacional, não permitiu que se tornasse a direção das massas contra os reformistas e os estalinistas. Em 20 de agosto de 1940, Stalin assassinou o dirigente fundamental da IV Internacional, León Trotsky. Em seguida, 1943, Stalin decretou a dissolução da III Internacional.

Após a morte de Trotsky, a IV Internacional não pôde dar o passo decisivo para sua solidificação. As crises internas e a pouca inserção no proletariado mundial contribuíram para o seu desmoronamento. Mas permaneceu o pilar que ergueu a IV Internacional, o Programa de Transição.

O Partido Operário Revolucionário no Brasil trabalha, junto com o Comitê de Enlace, para reerguer o Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional. Sem ele, a classe operária estará condenada à barbárie capitalista.